

Edição 24/9/76

INTERSINDICAL REPUDIA PROJECTO DE LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Secretariado da Intersindical, em conferência de imprensa dada antontem divulgou a posição de «inteiro repúdio» pelas alterações da legislação laboral anunciadas em nota oficiosa recente do Ministério do Trabalho, assumida pelo conselho geral da central única.

Nesta conferência de imprensa, porém a Intersindical não repudiou, contrariamente ao que se esperava, a afirmação feita há dias, em mesa redonda televisiva, pelo dr. Mário Soares, de forma categórica que a lei de unicidade sindical, por inconstitucional, iria ser revogada «muito brevemente».

«Os trabalhadores devem movimentar-se para impedir que seja apresentada à Assembleia da República, pelo governo, legislação que vá contra os seus interesses» — afirmaria Carlos Carvalho, que leu a proposta do conselho geral da «Inter».

Em síntese, são os seguintes os pontos de vista do conselho geral:

O governo não tem competência para elaborar estes decretos-leis, cuja matéria constitui um ataque a direitos fundamentais dos trabalhadores.

A competência desta legislação cabe à Assembleia da República. A Constituição consagra os princípios de participação dos trabalhadores — e através das suas organizações representativas (comissões de trabalhadores, sindicatos e federações de sindicatos), que essa participação se poderá fazer de forma organizada e efectiva; ora a nota oficiosa pretende dizer que o Governo não está obrigado a essa prática. Isto é considerado como uma manobra e visa a criação de um precedente, para, futuramente passar a legislar sem a participação dos trabalhadores.

O prazo deliberadamente curto (a nota oficiosa concede

15 dias para que os trabalhadores apresentem sugestões sobre o assunto), visa, precisamente, a não participação dos trabalhadores. Acresce a isto que não foram apresentados sequer, os textos-base sobre os quais assenta a pretendida legislação. Além disso, é uma manobra divisionista, pois não é veiculada através das organizações representativas. A anunciada consulta ao patronato, colocada no mesmo plano de eficiência do que a dos trabalhadores, é anticonstitucional, pois viola os artigos 56.º e 58.º da Constituição. O movimento sindical não permitirá «esta manobra», pois ela, objectivamente, põe em causa a estrutura sindical, esta existe e, queira o Ministério ou não, no seu vértice está, ainda, a central sindical.

Na sua parte final, a proposta do conselho geral da «Inter» vincula os dirigentes da central sindical às seguintes medidas prioritárias:

«Recomendar a todas as uniões distritais que promovam urgentemente reuniões gerais de sindicatos, filiados e não gerais de delegados sindicais e comissões de trabalhadores com vista a tomarem posição sobre a nota oficiosa do Ministério do Trabalho e a discutirem as reivindicações a apresentar pelo movimento sindical acerca do conteúdo das diversas leis do trabalho.

— Recomendar que todas as estruturas do movimento sindical prestem a maior atenção, na sua informação e propagação, aos problemas suscitados pela nota oficiosa do Ministério do Trabalho, assegurando desde já a denúncia de tal atitude e a defesa do direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho.

— Recomendar ao secretariado da Intersindical que ponha na ordem de trabalhos de uma reunião geral de sindicatos este ponto para discussão e tomada de posição.

Edição 24/9/76

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DO PORTO

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS (CONTINUAÇÃO)

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do Art.º 57.º dos Estatutos, convocam-se os Delegados Sindicais a reunirem hoje, dia 24.9.76 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do Sindicato com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.
2. Posição do Sindicato sobre as alterações na Legislação de Trabalho referidas na nota oficiosa do Ministério do Trabalho de 13.9.76.

Porto, 24 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

Rodoviários repudiam posições da «Carta Aberta»

DMot 24/9/76

As posições assumidas pelas direcções sindicais signatárias da «Carta Aberta» foram repudiadas pela assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa.

O plenário, apontou ainda para a necessidade de integração da «Carta Aberta» nos trabalhos preparatórios do congresso de todos os sindicatos. De referir que os representantes da «Carta Aberta», convidados para a assembleia geral, decidiram não comparecer na sessão.

Os sócios rodoviários decidiram também dar um voto de confiança à sua direcção sindical, que se comprometeu a defender os direitos já adquiridos no processo de negociação do novo contrato colectivo de trabalho.

Recorda-se que existem divergências importantes nas propostas para o novo contrato de

trabalho, principalmente no que respeita à matéria salarial. Neste campo, os trabalhadores pretendem aumentos da ordem dos 20 por cento, enquanto a Rodoviária Nacional se mostra disposta a dar apenas oito por cento de acréscimo sobre os actuais vencimentos.

A regulamentação dos despedimentos sem justa causa e os horários intermitentes são outros pontos em litígio nas negociações.

Segundo o sindicato a proposta da Rodoviária Nacional pretende retroceder em relação ao actual C. C. T., no que diz respeito aos aspectos concretos.

De destacar finalmente, que a assembleia sindical repudiou qualquer tentativa do M. T., no sentido de publicar medidas legislativas sem a participação dos trabalhadores.

EM TODO O PAÍS

Trabalhadores repudiam divisionismo sindical

Trabalhadores de diferentes pontos do país continuam a manifestar o seu repúdio pelas acções divisionistas que, a pretexto de exigências feitas ao secretariado da Intersindical Nacional e à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos, estão a cavar a divisão no seio do Movimento Sindical português.

A exemplo de diversas outras estruturas organizativas de trabalhadores, a comissão dinamizadora distrital de Setúbal alerta para o perigo que representam os abaixo-assinados postos a circular com ataques ao secretariado da "Inter" e à CNOP, que "servirão de aval a esse grupo de demócratas pluralistas (grupo de direcções sindicais da "carta aberta") para a divisão do campo sindical". A CDD de Setúbal apela também à unidade dos trabalhadores em torno das tarefas de preparação do Congresso, através de uma ampla e democrática discussão, exortando, ao mesmo tempo, os trabalhadores para que exijam das direcções dos seus sindicatos "informações correctas e discussão democrática" sobre a questão do Congresso.

Também os delegados sindicais da Sociedade Comercial Guérin, depois de considerarem que "só na unidade de todos os trabalhadores

se conseguirá frustrar as intenções das forças reacconárias, representadas pela CIP e pela CAP, empenhadas na divisão dos trabalhadores", apoiam a central sindical dos trabalhadores portugueses, a Intersindical Nacional; apelam às direcções sindicais da "carta aberta" para "não se dissociarem da CNOP pois que tal facto, a verificar-se, motivará forçosamente uma grave cisão no seio do movimento"; e repudiam os processos "nada democráticos" que estas direcções seguem.

Por fim, os enfermeiros do Sul, reunidos em assembleia geral do seu sindicato para prepararem as próximas eleições dos corpos gerentes daquele organismo, aprovaram, sem oposição, uma moção em que repudiam as tentativas de divisão dos trabalhadores e as manobras à margem de reuniões sindicais, decidindo, ao mesmo tempo, a sua participação democrática (através do seu sindicato) no Congresso de todos os sindicatos.

FSP APELA À UNIDADE

"Pela breve resenha histórica do que foi a Intersindical, entende a FSP de que a central única é uma

conquista dos trabalhadores e um facto real", afirma a Comissão Coordenadora de Acção Sindical e Trabalho da Frente Socialista Popular, num comunicado lançado a propósito do Congresso de todos os Sindicatos. No documento, em que faz um apelo à unidade dos trabalhadores, a FSP "alerta para determinadas manobras que visam o desmembramento, quando certa linha sindical, dita democrática vem demagogicamente dizer da necessidade de uma Central Sindical Única. O objectivo dos sindicatos da chamada "carta aberta" — lê-se a seguir no documento — é apenas o de criar as condições para a cisão do Movimento Sindical português".

No seu comunicado, onde não deixa de fazer críticas à eleição e actuação do secretariado da Intersindical Nacional, a Comissão Coordenadora de Acção Sindical e Trabalho da FSP considera que, com o apoio directo de um certo partido, "os sindicatos da "carta aberta" minam conscientemente a unidade sindical e dos trabalhadores, com vista à criação de condições que lhes possibilitem a obtenção da sua "central sindical", de forma a poderem dar cobertura às medidas repressivas do Governo social-democrata do PS".

Ricino 24/9/76

Legislação do Trabalho: Participação dos trabalhadores será regulamentada

Expresso 24/9/76

"O MINISTÉRIO do Trabalho poderá chegar à conclusão de que a nota oficiosa sobre a legislação do Trabalho não é suficientemente explícita e divulgar uma nova nota oficiosa que explique melhor a situação. Também é possível que venha a ser alargado o prazo previsto para a participação das organizações de trabalhadores na elaboração daquela legislação" — declarou-nos o dr. Manuel Baptista, chefe do Gabinete do ministro do Trabalho, contactado pelo EXPRESSO para nos informar sobre a posição do seu departamento governamental, perante a contestação surgida em torno daquela questão.

Recorde-se que a Intersindical deu uma conferência de Imprensa, onde considerou inconstitucionais os termos propostos, na nota oficiosa, para a elaboração da legislação do Trabalho.

Um elemento do Secretariado da Inter afirmou-nos que, "para além de ser impraticável dando apenas um prazo de 15 dias às organizações dos trabalhadores, o esquema proposto pelo Ministério do Trabalho não respeita devidamente a estrutura organizativa daquelas".

O mesmo elemento adiantou-nos, também, que o Secretariado da Inter apresentará à discussão, entre os trabalhadores, projectos de decretos sobre os problemas que lhes dizem directamente respeito, projectos esses que serão entregues aos grupos parlamentares dos "partidos de esquerda". Os grupos parlamentares deverão apresentar à assembleia da Re-

pública os referidos projectos. Neste momento, estão já elaborados documentos sobre a contratação colectiva, despedimentos e controlo operário.

Por sua vez, um elemento ligado à Comissão de Redacção da Carta Aberta informou-nos de que aquele grupo ainda não tomara posição sobre o assunto, devendo fazê-lo em breve.

Entretanto, quanto à falta de respeito pela estrutura organizativa dos trabalhadores, nos contactos a efectuar pelo MT, o dr. Manuel Baptista esclareceu-nos que "o MT regulamentará a participação das organizações dos trabalhadores na legislação do Trabalho", tendo sublinhado: "o método apontado na nota oficiosa visou satisfazer uma consulta expedita. É necessário actuar depressa. Enquanto não se conseguir uma regulamentação legal, temos de encontrar formas que se apresentem funcionais".

Para nos falar sobre a regulamentação da participação dos trabalhadores na legislação do Trabalho entramos em contacto com o dr. Silvestre Sousa, adjunto do ministro do Trabalho, que integra a comissão encarregada da sua elaboração. Fomos informados de que a regulamentação será obtida com a participação das partes interessadas. "As formas de participação dos trabalhadores na legislação do Trabalho decorrem da Constituição e os trabalhadores deverão indicá-las. O MT facultará o apoio técnico e jurídico que vier a ser necessário" — salientou Silvestre Sousa.

«Carta Aberta» reuniu ontem

Luís 24/9/76

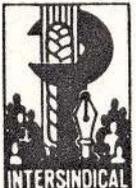
Reuniu ontem, no Sindicato dos Escritórios do distrito de Lisboa, a Comissão de Redacção da «Carta Aberta» com o objectivo de proceder a uma análise da actual situação do movimento sindical nomeadamente no que se relaciona com as tarefas ligadas ao Congresso dos Sindicatos. Entre os pontos mais discutidos avultou o projecto de regulamento elaborado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso e já divulgado em conferência de Imprensa na passada segunda-feira. A Comissão de Redacção decidiu fazer uma apreciação daquele projecto, que deverá ser tornada pública possivelmente num encontro com os representantes dos órgãos de comunicação, a realizar brevemente. Outras decisões tomadas relacionam-se com a mobilização e dinamização dos trabalhadores para o Congresso, informação da opinião pública da forma co-

mo tem vindo a ser recebido o apelo que a Comissão dirigiu em jeito de abaixo-assinado, e divulgação das resoluções do encontro de Coimbra. A Comissão de Redacção decidiu finalmente recomendar a todas as direcções sindicais a convocação de assembleias gerais para discussão do Congresso e solicitar uma entrevista ao ministro do Trabalho sobre o conteúdo da recente nota oficiosa por ele emitida.

Entretanto, aguarda-se a convocação de uma importante assembleia geral do Sindicato dos Escritórios de Lisboa para meados de Outubro com a finalidade de discutir a posição da direcção face ao Congresso.

Requerida estatutariamente por um grupo de trabalhadores, falta apenas a marcação da data exacta por parte do presidente da mesa da assembleia geral do sindicato, que o deverá fazer muito em breve.

PUB



UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

Rua Victor Cordon, 1, 2.º — Tel. 36 52 86/7 LISBOA - 2

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Sindicatos com sede no distrito de Lisboa, filiados ou não na Intersindical, para uma reunião geral a efectuar no próximo dia 27/9/76, pelas 10 horas, na Rua Victor Cordon, 1, 2.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Tomada de posição sobre a nota oficiosa do Ministério do Trabalho do dia 13/9/76
- 2 — Legislação de Trabalho — Contratação Colectiva
- 3 — Informação sobre a actividade da Comissão Dinamizadora Distrital do Congresso de todos os Sindicatos.

Lisboa, 23 de Setembro de 1976

Pelo Secretariado

da União dos Sindicatos de Lisboa

Dlx 24/9/76

Sindicato dos Trabalhadores

1.º Gau
24/9/76

de Escritório do Distrito do Porto

Assembleia de Delegados Sindicais

(CONTINUAÇÃO)

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do Art.º 57.º dos Estatutos, convocam-se os Delegados Sindicais a reunirem hoje, dia 24/9/76 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do Sindicato, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. —
2. — Posição do Sindicato sobre as alterações na Legislação de Trabalho referidas na nota oficiosa do Ministério do Trabalho de 13/9/76.

Porto, 24 de Setembro de 1976.

A DIRECÇÃO

Ricardo 24/9/76

a propósito
da "**CARTA ABERTA**",
não será melhor fechá-la?
CHEIRA MAL!



LF

Subscritores da «Carta Aberta» acusados de «manipulação»

SETÚBAL — Representantes das direcções dos sindicatos dos Jornalistas, dos Telefonistas, dos Rodoviários de Setúbal e dos Trabalhadores de Escritório participaram, na passada quarta-feira, num debate sobre sindicalismo, nas instalações do INATEL, nesta cidade. Diversos trabalhadores presentes na sessão, em face do modo como os trabalhos foram dirigidos, manifestaram, no entanto, as suas dúvidas sobre as verdadeiras intenções dos moderadores do debate, acusando-os de pretenderem não esclarecer os trabalhadores presentes mas, antes, fazerem uma sessão de propaganda da linha das direcções sindicais signatárias da «carta aberta».

«O papel dos sindicatos na actual situação política», «a

questão do Congresso, o seu significado, a importância e as características que deve revestir para o actual momento sindical», a «relação entre o próximo Congresso dos Sindicatos e o Congresso de 1975», eram os temas sobre os quais deveria basear-se o debate. No entanto, frustrados com a falta de informação, de rigor e de fidelidade à verdade, muitos dos trabalhadores que acorreram ao pavilhão do INATEL criticaram severamente a orientação seguida.

Um trabalhador bancário, depois de três horas de debate, lembrou aos representantes das direcções dos sindicatos dos Jornalistas e dos Telefonistas que «de sindicalismo nada percebem e que mais não fazem

que pôr em prática as ideias do seu partido, manipulando a sessão». Sobre a ameaça de revogação da lei sindical, salientou o mesmo trabalhador que «somos nós, trabalhadores quem deve dizer se a lei sindical é revogada ou não». Interrompido pelo moderador do colóquio, também funcionário bancário, para que abreviasse e justificasse a sua intervenção, o mesmo trabalhador afirmou que tinha ido ao colóquio para se esclarecer mas que, tal como os trabalhos decorriam, se via na necessidade de ser ele a esclarecer a mesa...

Dos sindicalistas convidados para o colóquio pouco se ouviu acerca dos reais problemas dos trabalhadores. Isso mesmo foi denunciado por um operário metalúrgico que realçou o facto

de não estarem presentes as verdadeiras massas produtivas de Setúbal o que se devia à maneira tendenciosa como tudo havia sido preparado.

As contradições entre os dirigentes sindicais presentes, não obstante o facto de todos serem afectos ao grupo da «carta aberta», foram também patentes, durante o debate. As acusações mútuas e os insultos sucederam-se, levando um trabalhador a afirmar, que o colóquio convocado para debater problemas sindicais «foi transformado num debate para cada um levar a água ao seu moinho».

«Ataca-se agora o secretariado da Intersindical como o último governo provisório e o actual governo constitucional atacam o que eles próprios classificam como «gonçalvismo», declarou o mesmo trabalhador, antes de chamar a atenção para o facto de, a coberto de uma pseudo dualidade entre «unidade» e «unicidade», se pretender, de facto, defender a «unidade da burguesia», ou o «pluralismo sindical».

Reunião Sindical em Évora promovida pela Inter

P. Mot
25/9/76

ÉVORA — Na sede da União dos Sindicatos do Distrito de Évora — Intersindical — efectuou-se, na quinta-feira à noite, uma sessão com vista à preparação da próxima reunião geral de sindicatos, a realizar no dia 4 de Outubro no Instituto Superior Técnico em Lisboa.

Estiveram presentes representantes dos Sindicatos do Comércio e Serviços Transportes Rodoviários, Metalúrgicos do Alentejo, Construção Civil do Alentejo, Agrícola, Seguros (Secção), Serviços Domésticos (Delegação) e, na qualidade de observadores, delegados da Função Pública e Enfermeiros da Zona Sul, bem como representantes da União Sindical de Montemor-o-Novo. No fim da reunião, foi elaborado um resumo das conclusões entre as quais a de que sindicatos devem até às 21 horas do dia 27 (segunda-feira), indicar os seus representantes devidamente credenciados, a fim de poderem reunir, nesse mesmo dia, e hora, para planificar e organizar o trabalho a desenvolver.

Antecedendo a reunião, realizou-se, na parte da tarde, no Teatro Garcia de Resende, uma assembleia extraordinária dos delegados das cooperativas agrícolas do distrito de Évora, para discussão das medidas apontadas pelo Conselho de Ministros em relação à reforma agrária. No final, foi aprovada, por unanimidade, uma moção alertando todos os trabalhadores e os órgãos do Poder para as graves provocações «que constituíram um desafio ao regime e às autoridades democráticas», da direita reacção «que está a

A Comissão Coordenadora da Acção Sindical e Trabalho da Frente Socialista Popular acaba de divulgar um comunicado em que faz uma análise pontual dos problemas relativos a realização do Congresso dos Sindicatos e da actuação das organizações subscritoras da «Carta Aberta».

A nota da F. S. P. começa por acusar «os sindicatos da «Carta Aberta» de minarem conscientemente a unidade sindical e dos trabalhadores, com vista à criação de condições que lhes possibilitem a obtenção da sua central sindical, de forma a poderem dar cobertura a medidas repressivas do Governo social-democrata do P. S.».

A Intersindical «é uma conquista dos trabalhadores e um facto real», segundo a F. S. P., pelo que alertam «para determinadas manobras que visam o seu desmembramento». No entanto, aquele agrupamento político afirma que «desde sempre se tem manifestado contra a forma pouco democrática como o Secretariado da Central Unica foi eleito» e que «a sua prática em acções pontuais das lutas dos trabalhadores, pelo carácter reformista de que se revestiu, foi de molde a criar desvios nos trabalhadores, apelidados em alguns casos de contra-revolucionários».

O documento da F. S. P. que temos vindo a citar, depois de formular algumas críticas aos pontos da paridade e do direito de tendência, defendidos pelos sindicatos da «Carta Aberta», que consideram a «negação do princípio da democracia», apela para «uma grande mobilização na

PUB.

Diário 25/9/76

SINDICATO DOS PESCADORES DO DISTRITO DE SETÚBAL MOÇÃO

Os pescadores de Setúbal reunidos em Assembleia Geral no dia 20/9/76 para discussão da contratação colectiva e do Congresso dos Sindicatos aprovaram a seguinte moção:

- 1.º — Repúdio por todas as manobras dos ditos Sindicatos da «Carta Aberta».
- 2.º — Defesa da realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses para a unidade dos trabalhadores.

Em frente pela realização do Congresso de todos os Sindicatos.

Esta moção foi aprovada por Unanimidade.

Setúbal, 20/9/76

Pela Direcção do Sindicato
dos Pescadores
do Distrito de Setúbal

Francisco Andrade

Diário 25/9/76

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS TELECOMUNICAÇÕES

Telefs. 666652 e 672545

CONVOCATÓRIA

Camarada:

Realiza-se no teu Sindicato no próximo dia 28 (terça-feira) às 21 e 30 horas, um encontro de associados para um debate livre, sobre o Congresso Sindical.

Estarão presentes Direcções Sindicais representantes de linhas divergentes no movimento sindical nacional.

A UNIDADE DOS TRABALHADORES ATRAVESSA UM PERÍODO DIFÍCIL!

É NECESSÁRIO APROFUNDAR OS CAMINHOS DA UNIDADE!

É NO DEBATE FRANCO DAS IDEIAS QUE PODEREMOS ULTRAPASSAR AS DIVERGÊNCIAS!

O TEU SINDICATO NÃO DEVE SER SÓ A VOZ DA DIRECÇÃO!

COMPARECE

A DIRECÇÃO

SINDICATO

7efau
25/9/76

DOS TELEFONISTAS

E OFÍCIOS

CORRELATIVOS

DO NORTE

PROPOSTA

CONSIDERANDO:

- 1 — Que as forças que se opõem aos trabalhadores sempre os tentaram dividir e que só unidos os trabalhadores podem enfrentar os seus inimigos;
- 2 — Que a defesa dos interesses dos trabalhadores do Sindicato dos Telefonistas do Norte e que nomeadamente a conquista do A.C.T./T.L.P. passa pela unidade dos trabalhadores no seu Sindicato;
- 3 — Que a questão central neste momento para todos os trabalhadores é a unidade do movimento sindical, pois os mesmos saberão ultrapassar e resolver as suas divergências no seio do movimento sindical;

OS TRABALHADORES DO SINDICATO DOS TELEFONISTAS DO NORTE, REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 23/9/76 NA FACULDADE DE ENGENHARIA, NO PORTO, DECIDIRAM:

- 1 — Que a Direcção do nosso Sindicato deve participar em todo o processo unitário de preparação do Congresso, nomeadamente participar nas reuniões gerais de Sindicatos Distritais e Nacionais e na Comissão Dinamizadora Distrital para o Congresso de todos os Sindicatos;
- 2 — Que em liberdade e democracia devem ser discutidas todas as questões do Congresso no seio do movimento Sindical, aceitando-se as resoluções democraticamente tomadas.
- 3 — Repudiar a formação de blocos de Sindicatos que só interessam aos inimigos dos trabalhadores;
- 4 — Que a nossa Direcção distribua todos os documentos emanados da Comissão Organizadora do Congresso, bem assim como das Comissões Dinamizadoras Distritais para que os seus associados sejam correctamente informados;
- 5 — Que esta proposta, se aprovada, seja distribuída à classe e publicada nos órgãos de informação;
- 6 — Que a nossa Direcção se retire imediatamente dos Sindicatos da Carta Aberta e participe activamente nas R. G. S. convocados pela C. N. O. P. e pelo Secretariado da Intersindical e por toda a sua organização que a apoia.

PROPOSTA SUBMETIDA A ASSEMBLEIA GERAL DESTE SINDICATO, REALIZADA EM 23/9/76, E QUE TEVE A SEGUINTE VOTAÇÃO:

A FAVOR — 57 VOTOS

CONTRA — 14 >

ABSTENÇÕES — 1 >

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Manuel António Rodrigues Ferreira

Químicos exigem avanço para o congresso dos sindicatos

Picínio
25/9/76

O avanço para a realização de um "Congresso de todos os sindicatos que reforce a unidade de todos os trabalhadores e proceda à reestruturação da Central Única dos Trabalhadores, a Intersindical Nacional", foi exigido, sem qualquer voto contra, pelas muitas dezenas de delegados sindicais químicos e de moagens do centro e sul, num plenário, ontem realizado nas instalações da CP (Rossio).

Considerando que "só unidos no seio das organizações de classe, os trabalhadores podem fazer frente aos exploradores", os trabalhadores químicos reiteraram o seu apoio às decisões tomadas na Reunião Geral de Sindicatos, efectuada no passado dia 4, no IST, e repudiaram as "manobras divisionistas e antidemocráticas (...) e os abaixo-assinados que têm corrido nas fábricas, à margem do movimento sindical, e por vias partidárias." Durante a reunião foi lançado um apelo muito vigoroso à participação de todos os trabalhadores na preparação do Congresso, acompanhando a direcção do seu sindicato que faz parte da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso.

Nas múltiplas intervenções registadas no plenário, os delegados sindicais criticaram o método de actuação das direcções sindicais subscritoras da chamada "Carta Aberta" que, segundo foi afirmado, "dizendo-se democráticas, se recusam a discutir os problemas no seio do movimento sindical, por saberem apenas representar uma minoria dos trabalhadores portugueses". A Inter: disseram "pode ser criticada nas posições que toma, mas essas críticas devem ser feitas

no movimento sindical e não no seu exterior, abrindo o caminho à CAP e à CIP, ao patronato explorador."

O plenário aprovou, igualmente, sem votos contra (quatro abstenções), a determinação dos químicos de "não cederem um só passo na luta contra a recuperação capitalista e as medidas que nesse sentido forem tomadas".

"MAGUE" REPUDIA "CARTA ABERTA"

"O mais vivo repúdio pelas tentativas de divisão no movimento sindical pelos subscritores da "Carta Aberta" foi também expresso, apenas com dois votos contra e uma abstenção, através de

uma moção aprovada pelos trabalhadores da Mague (Alverca), reunidos em plenário.

"Ao ignorarem a situação presente no nosso país", afirma-se na moção, "estão (os subscritores) a contribuir para o avanço de forças que não estão interessadas no prosseguimento do processo revolucionário português, inserindo-se naquilo que neste momento se verifica, a recuperação capitalista."

Também os sindicatos de Aveiro, reunidos no passado dia 21, elegeram uma Comissão Dinamizadora Distrital de preparação para o Congresso de todos os sindicatos. Apesar da ausência, bastante criticada, dos sindicatos afectos à chamada

"Carta Aberta", foi eleita, pelos presentes, uma Comissão Dinamizadora, integrando um elemento de cada sindicato distrital.

REUNIÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Com o objectivo de esclarecer os trabalhadores sobre o Congresso dos Sindicatos, realiza-se no próximo dia 30, pelas 21 horas, no salão da Voz do Operário, uma assembleia da Fundação Pública da zona sul. Na reunião, convocada pela Assembleia Regional de Delegações (ARD) do passado dia 6, estarão presentes as direcções sindicais subscritoras de projectos de Regulamento para o Congresso.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETUBAL

Dolx
25/9/76

COMUNICADO

Os Delegados Sindicais do Comércio, em Plenário Distrital de 18/9/76, aprovaram por unanimidade o seguinte comunicado:

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DE 15/9/76

Na sequência da comunicação feita ao País, pelo primeiro-ministro, no passado dia 9, marcada por uma profunda hostilidade aos trabalhadores, fez o ministro do Trabalho sair, em 15/9/76, uma Nota Oficial.

Tal Nota Oficial passaria despercebida, caso os assuntos nela abordados não fossem de fundamental importância para os trabalhadores e a intenção nela contida não fosse a de fazer tábua rasa da própria Constituição.

Pretende o dr. Marcelo Curto que as Organizações dos Trabalhadores se pronunciem no prazo de 15 dias sobre oito projectos de Decreto-lei, cujo texto não dá a conhecer.

Despedimentos com justa causa, contratação colectiva, trabalho rural, doméstico e de estrangeiros, contratos a prazo, gestão das empresas em autogestão e saneamentos, são importante e complexa matéria para a qual o ministro do Trabalho pretende que os trabalhadores se pronunciem em tão reduzido prazo.

Perguntamos: numa altura em que se fala em apertar o cinto (dos trabalhadores, claro), em que todos os dias são devolvidas empresas aos antigos patrões, em que a Reforma Agrária é atacada e em que são reintegrados notórios fascistas; não pretenderá o sr. ministro do Trabalho legislar contra os interesses dos trabalhadores? Nós cremos que sim, tanto mais que na referida nota oficial é dado ao patronato (!!!) o direito de intervir na elaboração da legislação do trabalho.

A Constituição da República Portuguesa reconhece aos trabalhadores e só aos trabalhadores o direito de participarem na feitura das leis que lhe dizem respeito (Art.º 56.º e 58.º). Residindo o poder legislativo sobre tal matéria na Assembleia da República, não se compreenderá a atitude unilateral do sr. ministro, a não ser como tentativa de limitar ou mesmo coarctar a participação dos trabalhadores e os próprios poderes do Órgão máximo do País.

Estes nossos receios são tão mais fundamentados, quanto é alarmante a política de recuperação capitalista que tem vindo a ser levada a cabo pelo Governo, numa clara cedência às forças políticas mais reaccionárias.

**CONTRA A LEGISLAÇÃO ANTIPOPULAR
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
PELA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS**

Setúbal, 18/9/76

A DIRECÇÃO

A Intersindical em S. Bento

Dout
25/9/76

O Secretariado da Intersindical Nacional é recebido hoje, às 11 horas, pelo primeiro-ministro, a quem fará uma exposição sobre a retenção inconstitucional do Ministério do Trabalho, relativamente à legislação laboral anunciada na nota oficial do dia 13 de Setembro.

Sindicato das Telecomunicações

Leal
25/9/76

Realiza-se na terça-feira, às 21 e 30, no Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão, um debate sobre o congresso dos sindicatos. Vão estar presentes direcções sindicais representativas dos vários pontos de vista existentes na corrente sindical.

Lutz 25/9/76

COMUNICADO

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

A TODOS OS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA INDEPENDENTEMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em continuação do comunicado de 16 de Setembro, vem a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD —, informar todos os trabalhadores, do Distrito de Lisboa, de que foram até hoje, efectuados 19 plenários, em que tomaram parte trabalhadores dos sectores de: Hotelaria, Rodoviários, Metalúrgicos, Electricistas, Panificação, Vidreiros, Químicos, Escritórios e Bancários. Nestes plenários foram amplamente discutidos os problemas inerentes à realização do Congresso, de todos os Sindicatos.

Na medida em que nos chegam, constantemente, pedidos de reuniões, para diferentes empresas às mesmas horas, apelamos aos trabalhadores, que nos contactem com urgência, para organizadamente conseguirmos corresponder a todas as solicitações.

Informamos que o projecto de Regulamento para o Congresso está a ser enviado a todos os Sindicatos, devendo os trabalhadores pressionarem as suas direcções à discussão ampla, em vivos debates, para que, os trabalhadores, após a discussão, proponham todas as alterações que acharem correctas.

- PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES
- PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Lisboa, 21 de Setembro de 1976

Sindicalismo influente no Governo e partidos

D. Mot 25/9/76

— defende o M. S. D.

O Movimento Social Democrata (M. S. D.) divulgou um comunicado sobre a organização dos sindicatos, no qual se declara «favorável a um sindicalismo de intervenção», com o direito de «influenciar as decisões dos partidos e do Governo», mantendo, embora, a independência em relação a ambos.

No mesmo documento, o M. S. D. sustenta que «a unidade sindical é uma das condições fundamentais para se resolverem os graves problemas com que se debatem os trabalhadores portugueses, bem como para se garantir a defesa das conquistas da revolução e das liberdades democráticas consignadas na Constituição».

Aquele movimento, que começa por considerar a organização sindical como «meio indispensável» à construção de uma sociedade próspera e igualitária, repudia qualquer instrumentalização partidária dos sindicatos e afirma «não reconhecer ao Governo nem aos órgãos legislativos o direito de legislar em matéria sindical para além do que, a este respeito, já está estipulado na Constituição em vigor». E,

a propósito, exige o cumprimento das convenções 87.^a e 98.^a da O. I. T.

Ao «revolucionarismo utópico e estéril das minorias vanguardistas», por outro lado, contrapõe o M. S. D. uma «atitude militante e pedagógica».

Noutra passagem do comunicado que vimos referindo, aquela organização política manifesta a sua confiança no «patriotismo dos trabalhadores portugueses», mas sublinha a importância de os mesmos, livremente organizados «numa base industrial, com estrutura vertical», tendo como cúpula democrática a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, se ligarem aos organismos congéneres europeus.

Por fim, o M. S. D. declara que as conquistas quotidianas não devem ser encoradas como um fim, mas sim um meio para a «construção da sociedade do futuro», onde «a exploração e a opressão não tenham mais lugar, as relações de trabalho assentem na dignidade dos trabalhadores e não no poder do capital e dos detentores dos meios de produção».

Congresso sindical

Unidade possível, ou cisão irreversível?

J. Moura
25/9/76

A verdadeira questão é a do governo. Governo que não sendo «de maioria de esquerda», talvez não consiga governar contra um movimento sindical unido, forte, combativo e «contestário», que não apreenda a necessidade de uma «certa concertação de interesses»...

No princípio era a «maioria de esquerda» contra o «governo sozinho». O futuro se encarregaria de demonstrar qual a estratégia vencedora. Entretanto, as perspectivas unitárias pareciam ser as melhores: o 1.º de Maio, apesar dos discursos dissonantes consagrou que «a unidade é possível!» Contudo, a realidade ia mostrar-se bem menos simples. Vieram «as presidenciais» e com elas o fracasso e perda de credibilidade, a curto prazo, do governo da maioria de esquerda». O primeiro governo constitucional viria mesmo a ser um governo do P.S. «sozinho». Alteraram-se portanto, os dados que até aí promoviam a busca de uma certa unidade. De um lado, face ao desaire eleitoral e à ameaça relativa que a votação em Oteló representou, a necessidade de consolidar e reafirmar o domínio sobre o Movimento Sindical tendo em vista repor ou aumentar, se possível, a margem de negociações com o Poder; do outro lado, procurada, num primeiro tempo, colaboração, parece neste agora apostar-se mais na cisão, se bem que a relação de forças não aparece ser a mais favorável.

Entretanto, os trabalhadores vêm o fosso a avolumar-se. O principal pomo da discórdia parece ser a definição dos critérios que deveriam presidir à constituição da Comissão Organizadora do Congresso. A questão de fundo é que ambos os blocos dão uma importância determinante a esta estrutura, concedendo-lhe poderes deliberativos. Daí que ambas as partes pretendam conseguir nele uma maioria de facto. Recorde-se que os sindicatos da «Carta Aberta» escamoteiam a existência de várias tendências no movimento sindical ao proporem que a Comissão tenha em conta apenas os que são a «favor da unicidade sindical e os que defendem a unidade» exigindo, por outro lado, que as votações se façam por maioria de 3/4. A esta posição contrapõe o Secretariado da Inter que é preciso respeitar a proporcionalidade e representatividade de cada corrente de modo a não violar o princípio da submissão

das minorias à maioria o que, atendendo ao poder deliberativo atribuído à Comissão, seria justo. Face à irreversibilidade das duas partes nas negociações — aquilo a que alguém apelidou de Benfica-Sporting — o Secretariado da Inter remeteu habilmente a decisão do problema para o plenário de direcções sindicais (onde está em maioria) que decidiu repudiar o critério da paridade. Foi nesse plenário, boicotado pelos da «Carta Aberta» por não ter havido um debate prévio na T.V., que, de acordo com os critérios defendidos pela Inter foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória que apresento já, esta semana, o projecto de regulamento do Congresso.

Mas, perante a atitude previamente conhecida do Secretariado da Inter avançar para o plenário com a proposta de aí se decidir quais os critérios que deveriam presidir à formação da Comissão Organizadora, os Sindicatos da «Carta Aberta» só poderiam ter uma posição democrática e não demagógica, isto é, exigir que a questão fosse debatida e votada em plenários de todos os sindicatos expressamente convocados para o efeito. Caberia a todos os sindicalizados, cujas posições podem, actualmente, estar em contradição com a direcção, decidir do diferendo.

Tal não sucedeu, e no encontro posteriormente realizado em Coimbra o grupo da «Carta Aberta» veio a reafirmar as suas posições, desenhando-se com crescente clareza que se está perante uma dinâmica que dificilmente escapará à cisão sindical. O futuro o dirá.

Pela sua importância e para uma melhor compreensão do problema, transcrevemos em seguida as passagens que nos pareceram mais importantes do documento aprovado na última reunião de Coimbra dos sindicatos da «Carta Aberta».

«O último plenário de direcções sindicais promovido pela Intersindical — e as «decisões» nele tomadas constituem mais uma manobra de cisão, que não pode considerar-se sem precedentes, visto que esse foi, e continuará a ser o modo de acção golpista e chantagista daqueles que controlam essa orga-

nização anti-democrática que não é Nacional, nem dos Trabalhadores Portugueses — a Intersindical...

A Intersindical está isolada dos trabalhadores, e não será a demagogia ou a chantagem que a salvarão. Os senhores da Intersindical sabem que não têm força nem autoridade para organizar um Congresso democrático de todos os sindicatos, sem o apoio e a cobertura dos sindicatos democráticos. E isso porque a sua acção e a sua direcção têm tanto a ver com os interesses dos trabalhadores como os sindicatos corporativos. (...)

(...) Ou não é verdade que o Secretariado é constituído por elementos que a classe desconhece ou que os trabalhadores afastaram das suas direcções sindicais, não representando, por isso, ali ninguém senão a eles mesmos e a quem os controla — que não são decerto os trabalhadores?

Ou não é verdade que a Intersindical, em momentos difíceis para o Povo Português como foi o 25 de Novembro, e em grandes lutas de trabalhadores como na TAP, CCT, LISNAVE, TLP, etc., se colocou sempre contra os trabalhadores e do lado contrário aos interesses do Povo?

Ou não é verdade que as direcções sindicais que se encontram à frente de grandes sindicatos, em quem a Intersindical demagógica e abusivamente pretende ir buscar a sua representatividade, devem-no à não participação dos trabalhadores na luta sindical (por exemplo a C. Civil e Metalúrgicos) — o que mostra claramente como a Intersindical tem pés de barro.

Por isso é que, numa manifestação ao mesmo tempo de fraqueza e de arrogância, o que da Intersindical faz «aprovar» nesse plenário uma Comissão Nacional Provisória aquela em que inclui sindicatos democráticos que não só não estavam presentes como tinham denunciado e, repudiado publicamente as decisões e as intenções de tal plenário.

Se tiveram o cuidado de lhes chamar Provisória é precisamente porque, para além de saberem que cada vez será mais provisório tudo aquilo que eles continuam a tentar impor aos trabalhadores servindo-se da demagogia e da fuga à discussão de ideias, pretendem também

com essa manobra experimentar a unidade, a firmeza e a coerência dos sindicatos democráticos e alimentam esperanças de encontrar a sua «tábua de salvação» na tão famigerada tese da «maioria de esquerda», que seria constituída por eles e por aqueles que se prestam a servi-los e a dar cobertura aos seus golpes. (...)

UM CONGRESSO FAMILIAR

(...) *O objectivo perseguido pelo Secretariado da Intersindical, ficou mais que provado não ser a realização de um Congresso Democrático e a constituição da Central Sindical Única e democrática de todos os trabalhadores portugueses, mas sim: reanimar uma organização anti-democrática constituída por decreto governamental e confirmada num Congresso familiar que os trabalhadores e a imensa maioria das direcções sindicais desconheciam, em que não participaram e repudiaram; manter inalterável, no essencial, uma organização que se evidenciou na instrumentalização que sempre quis fazer das justas reivindicações dos trabalhadores, e nos ataques e calúnias sobre os trabalhadores cujas lutas não faziam parte dos seus planos ou não lhe permitiam um aproveitamento político e partidário que nada tinha a ver com a conquista dos objectivos que levavam os trabalhadores a lutar; reanimar uma organização que, por tudo isto, os sindicatos democráticos desde sempre claramente definiram como anti-democrática e não representativa dos trabalhadores portugueses nem ao seu serviço.»*

SILENCIAR AS VOZES DISCORDANTES

Após referências à recusa da Intersindical em abrir os trabalhos do Congresso a todos os órgãos de Informação, o que, segundo o documento, equivale «a passar um atestado de menoridade aos trabalhadores», e depois da reafirmação de que a Inter não representa a maioria das direcções sindicais, o extenso comunicado prossegue:

(...) A «maioria» de que a Intersindical se reclama e a «democracia», que apregoa são iguais à «maioria» e à «democracia» de Salazar e Caetano obtida

(Continua na pág. 5)

Congresso sindical Unidade possível, ou cisão irreversível?

(Continuação da pág. 4)

através do silenciador das vozes discordantes e da promoção do obscurantismo. Esta é a origem das preocupações (!) da Intersindical de evitar certos confrontos que só para ela são desagradáveis.

(...) O que seria um Congresso sobre a direcção de uma CNO controlada pela Intersindical está à vista: davam um fim-de-semana para a apresentação de propostas de Regulamento de Congresso e, mesmo assim, com o cuidado de não falar muito no assunto! É evidente que isto, numa altura em que tal CNO seriam apenas eles, e ainda muito preocupados em aparecer como os promotores das «mais amplas liberdades» e da máxima «democracia» (!), não deixa de ser revelador da dificuldade que têm em disfarçar aquilo que na realidade são.

Assim, os Sindicatos democráticos reunidos em Coimbra nos dias 3 e 4 de Setembro tomam as seguintes decisões:

Repudiam as manobras divisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical.

Reafirmam a sua posição de prosseguir a luta pela edificação da Central Sindical Única, Democrática e Independente con-

seu serviço.

— Não permitirão que a CNO do Congresso Democrático de todos os sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português.

— Exigem que todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à Imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações, e à própria CNO denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reacçãoária.

— Exigem que o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões.

— Divulgar amplamente este documento e promover uma ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação poli-

TRABALHADORES DOS TLP CONTESTAM PLENÁRIO

CR 25/9/76

«A maioria das empregadas dos TLP «distribuíram um comunicado em que começaram «por repudiar a maneira como decorreram as eleições para o Congresso da Intersindical».

Continuando, a nota clarifica:

«A Assembleia Geral marcada para as 18 horas do dia 23 de Setembro de 1976 prolongou-se por tempo indefinido, devido à grande quantidade de oradores de longo prazo.

«Repudiamos assim esta manobra tendenciosa, que teve um objectivo final: conseguir (...) intentos depois da terrível saturação a que chegaram a grande maioria dos trabalhadores(as) presentes.

«Como justificação, apresentamos o teor da votação: 57 votos a favor, 14 contra e uma abstenção.

«Como somos 2.700 empregadas não podemos conceber que 57 trabalhadores(as) presentes respondam pela nossa livre e expressa vontade».

E o documento finaliza:

«Pedimos assim que se

realizem novas eleições em dia a designar pelo respectivo sindicato.»

Intersindical recebida por Eanes

«O Governo anuncia consultas ao patronato, o que contraria a legislação em vigor dado que não estamos a viver num Estado corporativo, o que poderia inclusivamente levar a pôr em causa o próprio movimento sindical» — afirmaram, esta manhã, à entrada do Palácio de Belém, onde foram recebidos pelo Presidente da República, três elementos do secretariado da Intersindical (Jaimé Machado, José Judas, e Carlos Carvalho).

O objectivo da reunião, de acordo com as declarações dos elementos da Intersindical, seria o de «tratar de alguns problemas relacionados com a nota oficiosa saída no dia 13

e que trata de matérias e direitos fundamentais dos trabalhadores, em que segundo consta da Constituição, os Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores devem participar através da sua organização de classe».

«Além disso», afirmaram aqueles elementos, «anota oficiosa dá um prazo muito curto para discussão de oito decretos-leis que os trabalhadores não conhecem porque não foram divulgados».

Outros assuntos que provavelmente poderão ter sido discutidos no encontro com o general Ramalho Eanes, relacionam-se com a Previdência, Reforma Agrária e outros de ordem económica.

CR 25/9/76

PUB.

Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação Produtos Alimentares e Afins

Diário 25/9/76

Sede: Av. António Augusto de Aguiar, 25-CAVE — LISBOA-1
Tel. 57 20 45

Reunida em Plenário a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação, Produtos Alimentares e Afins, com a presença de 11 Sindicatos Federados (Lisboa, Porto, Aveiro, Setúbal, Coimbra, Leiria, Braga, Funchal, Viseu e Santarém) foi aprovada por estes por unanimidade, a seguinte moção:

MOÇÃO

Considerando que:

- 1.º Só na Unidade os trabalhadores avançam.
- 2.º A divisão pretendida por grupo minoritário de Sindicatos, denominado da "Carta Aberta", que revestindo nítido cariz partidário, só visa levar em frente o esfrangalhamento do Movimento Sindical e, o que é o mesmo, à divisão dos Trabalhadores — o que só pode interessar aqueles que nos exploram — e assim melhor garantir o processo de recuperação capitalista em curso.
- 3.º Os problemas e diferentes opiniões dos trabalhadores, só devem ser discutidas, tendo sempre como objectivo a procura daquilo (muito) que nos une em detrimento daquilo (muito pouco) que nos desune e assim, limando as arestas e corrigindo os erros, melhor avançarmos na defesa dos nossos interesses de classe explorada.
- 4.º Estes objectivos só podem conseguir-se através da participação maciça, franca e aberta de todos os Sindicatos no Congresso de todos os Sindicatos Portugueses e de todos os trabalhadores na sua preparação, assim como que dessa participação e discussão no selo do Movimento Sindical ressurgirá com maior vigor e energia a Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses, esteio da defesa dos nossos interesses e símbolo da nossa força unitária contra o Capital.
- 5.º Aqueles que pretendem o contrário, mesmo quando a coberto de uma pseudo-unidade e falsa democraticidade, não defendem os interesses nem dos Trabalhadores que representam, mas sim a nossa derrota face à exploração.

Decidem repudiar firmemente o documento "Carta Aberta" e as tentativas divisionistas que com a sua cobertura estão a ser perpetradas nas costas dos trabalhadores e contra estes e ainda, manifestar a sua firme convicção e certeza que em Portugal não voltaremos atrás e que aquelas manobras e todos aqueles que as tentam levar a cabo serão rapidamente desmascarados e derrotados pelos trabalhadores a quem vêm pretendendo enganar e que mais uma vez sairemos Vencedores. Todos os Trabalhadores e sairá reforçada a nossa unidade e a nossa Central Sindical Única e Indestrutível — A Intersindical Nacional.

Sindicato dos Trabalhadores, das Indústrias de Panificação Produtos Alimentares e Afins do Distrito de Lisboa ● Sindicato Livre dos Trabalhadores da Panificação, Moagens, Massas e Similares do Distrito do Porto ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Aveiro ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Setúbal ● Sindicato dos Trabalhadores e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Coimbra ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Castelo Branco ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Leiria ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Braga ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal ● Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Viseu ● Sindicato dos Trabalhadores e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Santarém.

Mário Soares recebeu a Inter

7 Novembro 25/1976

«A decisão de o Governo consultar o patronato contraria a legislação em vigor, dado que não estamos propriamente em regime corporativo» — disse a delegação de três elementos da Intersindical que, ao fim da manhã de hoje, se existiu (a seu pedido) com o primeiro-ministro, Mário Soares. Jose Judas, Carlos Carvalho e Jaime Machado acrescentariam, a propósito, que esta decisão governamental «pode levar, inclusivamente, a pôr em causa o próprio movimento sindical».

Referindo-se concretamente ao tema da entrevista com o primeiro-ministro, os porta-voz da Intersindical anunciaram que «vieram tratar de alguns problemas relacionados com a nota oficiosa saída no dia 13, que legisla matérias de direitos fundamentais dos trabalhadores e que, segundo a Constituição, os

Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores devem participar através das suas organizações de classe».

De acordo com a Intersindical, «a nota oficiosa dá um prazo muito curto para discussão (15 dias) de oito decretos-lei que os trabalhadores não conhecem, porque não foram divulgados».

Outros temas abordados, eventualmente, durante a audiência, terão sido a contratação colectiva, a contratação a prazo, a Previdência, a Reforma Agrária, a gestão de empresas, a lei da greve e outros assuntos de carácter económico. A hora de fechamos a nossa edição, a reunião não tinha ainda terminado.

«Milhares de Bancários apoiam Carta Aberta e direcção do Sindicato»

delz
25/11/76

Recebemos da comissão sindical de delegados — zona sul do Banco Agrícola e Industrial Viseense um esclarecimento sobre uma notícia com o título em epígrafe publicada na nossa edição do passado dia 20, e que passamos a transcrever:

«É falso e tendencioso que a RGT de 16/9/76 (e não plenário como afirma «A Luta») do BAIV tenha reunido «menos de 20 bancários...» como com ironia afirma o vosso jornal.

«Essa RGT foi convocada, em devido tempo e a pedido da direcção do nosso sindicato (como convidados participaram, para esclarecimento, representantes da «Carta Aberta» e da Comissão Nacional Organizadora Provisória — CNOP), tendo iniciado os trabalhos com a presença de 50 trabalhadores (mais do dobro do que afirma «A Luta») o que se pode considerar bom para uma empresa com pouco mais de 200 trabalhadores se atendermos a que estamos num período de férias. Durante os trabalhos entraram mais trabalhadores, devendo ter atingido cerca de 60 presenças. A prová-lo está o vasto número de inscrições e a Acta da RGT.

«Assim, lamenta esta Comissão de Delegados que este jornal não tenha tido o cuidado de confirmar a falsa informação colhida algures e não haja publicado da mesma forma o número de trabalhadores presentes nas RGT's indicadas na referida notícia.

Nota da Redacção: Antes de mais, queremos agradecer este esclarecimento da comissão de delegados sindicais do Banco Viseense que vem rectificar parte da nossa notícia. Com efeito, não foi um plenário que se realizou, mas sim uma reunião geral de trabalhadores. Por outro lado, não estiveram presentes 20, mas sim 60 trabalhadores.

Todavia, nada disto vem alterar o essencial do que d'ssemos. Plenário ou RGT, presentes 20 ou 60, o que é certo é que a crítica à direcção do Sindicato dos Bancários por esta fazer parte da Comissão de Redacção da «Carta Aberta», foi aprovada por 17 votos contra 4, com uma abstenção. No momento em que se realizou a votação, estavam, portanto, se a aritmética não nos falha, 22 bancários. O que não admira, visto que passava já da meia-

-noite, tendo a reunião começado pouco depois das 19 horas, sem que os presentes tivessem podido sequer jantar depois de um dia de trabalho. Um velho golpe que mais uma vez deu resultado... Cabe agora aos restantes trabalhadores do Banco Viseense manifestar a sua opinião.

Entim, o número de presenças não poderá ser considerado como «bom» — como o faz a comissão de delegados em questão. Basta recordar que tempos houve em que se realizaram reuniões bastantes mais representativas dos trabalhadores do banco, onde se contavam muito acima dos cem os bancários presentes.

Os argumentos da comissão de delegados do Viseense não colhem. Antes deformam a realidade. É a chamada política de avestruz!

«Carta Aberta mina a unidade sindical» —afirma a FSP

A comissão coordenadora de Acção Sindical e Trabalho da FSP emitiu um longo comunicado sobre a posição daquele partido no que se refere ao Congresso dos Sindicatos, e do qual extrairmos as seguintes passagens:

«Tal como em Janeiro de 1975 (questão da unidade sindical) a burguesia com o seu cavalo de Tróia — a cúpula do PS (agora Governo) — vem mais uma vez atacar a unidade dos trabalhadores

«Os sindicatos da «Carta Aberta», com o apoio directo do partido do sr. Soares, minam conscientemente a unidade sindical e dos trabalhadores, com vista à criação de condições que lhes possibilitem a obtenção da sua «central sindical», de forma a poder dar cobertura às medidas repressivas do Governo social-democrata do PS.

«A social-democracia, sobretudo no pós-guerra, sempre procurou impor o pluralismo sindical para assim poder explorar melhor os trabalhadores. É necessário que os trabalhadores estejam conscientes do que representa a divisão do seu movimento sindical.

«Lembremo-nos que a Intersindical nasceu da necessidade histórica dos trabalhadores se unirem em torno dos seus interesses de classe, na sua luta contra o fascismo; quando em 1970, alguns dos sindicatos mais representativos se reuniram a fim de uniformizar as suas for-

mas de luta e embora inicialmente o governo fascista tenha tolerado as suas reuniões, à medida que o movimento sindical se foi alargando e consolidando, assim a repressão se fez sentir, sempre mais violenta, culminando com a prisão de alguns dirigentes sindicais.»

Depois de criticar o Secretariado da Inter «pela forma pouco democrática como foi eleito», analisa o mesmo comunicado, como devem estar representados os trabalhadores portugueses na Intersindical:

«A FSP defende que o próximo

Congresso dos Sindicatos, terá de ser amplamente democrático e aberto a uma franca e vasta participação dos trabalhadores, visando a eliminação de divergências existentes, para que a unidade dos trabalhadores seja, na prática, uma realidade; daí que a FSP entenda ser fundamental que os trabalhadores participem activamente na discussão deste problema, nos seus locais de trabalho, nos seus sindicatos, através de plenários gerais de empresa, assembleias de delegados, comissões de trabalhadores e assembleias gerais.»

recebeu Intersindical

O primeiro-ministro Mário Soares recebeu, ao fim da manhã de hoje, uma representação da Intersindical. A audiência foi solicitada pela Central Sindical, na sequência da nota oficiosa do Ministério do Trabalho, publicada no dia 13 do corrente, sobre legislação laboral. A propósito da explanação feita ao chefe do Governo, Carlos Carvalho do Secretariado da Intersindical, afirmou ao nosso jornal:

«Tanto o secretariado como o conselho geral da Intersindical repudiaram a forma e o prazo constantes do documento em que o Ministério do Trabalho propunha as consultas aos trabalhadores, para elaboração de legislação que lhes diz directamente respeito. De resto, os trabalhadores têm que ser ouvidos: não basta que sejam formalmente consultados. Eles têm o direito de participar na legislação»

A propósito de sindicalismo

Julho
25/9/76

MSD contra revolucionarismo utópico

O Movimento Social Democrata, em comunicado ontem divulgado, declara-se «favorável a um sindicalismo de intervenção» com direito de «influenciar as decisões dos partidos e do Governo», salvaguardando no entanto a sua independência.

«A unidade sindical é uma das condições fundamentais para se resolverem os graves problemas com que se debatem os trabalhadores portugueses», afirma o MSD que repudia toda e qualquer instrumentalização partidária dos sindicatos opondo, ao «revo-

lucionarismo utópico e estéril das minorias vanguardistas» uma «atitude militante e pedagógica».

Num outro comunicado, o Movimento Social Democrata debruça-se sobre problemas resultantes das imprecisões da lei eleitoral sobre as autarquias locais, «pois não poderá colaborar num simulacro de poder local que o mantenha dependente de um Estado centralizado e todo poderoso, gerido por uma classe política mais preocupada com a sua sobrevivência enquanto tal do que com a resolução dos grandes problemas do País».

MSD defende «sindicalismo de intervenção»

7 Novembro 25/9/76

O Movimento Social Democrata (MSD) divulgou um comunicado no qual se declara «favorável a um sindicalismo de intervenção com o direito de influenciar as decisões dos partidos e Governo», embora mantendo-se independente.

Depois de declarar que «a unidade sindical é uma das condi-

ções fundamentais para se resolverem os graves problemas com que se debatem os trabalhadores portugueses, bem como para se garantir a defesa das conquistas da revolução e das liberdades democráticas consignadas na Constituição», o MSD afirma «não reconhecer ao Governo nem aos órgãos legislativos o direito de legislarem em matéria sindical

para além do que, a este respeito, já está estipulado na Constituição em vigor».

Abordando depois, a organização sindical, o comunicado refere que ela deve assentar «numa base industrial com estrutura vertical» e ter como cúpula democrática a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

Por fim, o MSD declara que as

conquistas quotidianas não devem ser vistas como um fim em si mesmas, mas como um meio «para a construção da sociedade do futuro onde a exploração e a opressão não tenham mais lugar, as relações de trabalho assentem na dignidade dos trabalhadores e não no poder do capital e dos detentores dos meios de produção».

19 Jan
26/9/76

O primeiro-ministro avistou-se com dirigentes da Intersindical

Uma delegação da Intersindical, composta por José Judas, Carlos Carvalho e Jaime Machado, foi, ontem, recebida pelo primeiro-ministro, na sua residência, em S. Bento, a fim de expor alguns pontos de vista que colidem com os do ministro do Trabalho.

A entrada para o Palácio de S. Bento, declarou a delegação da Inter:

«Vimos abordar problemas relacionados com a nota oficiosa do dia 13, emanada do Ministério do Trabalho, que legisla matéria e direito fundamentais para os trabalhadores, devendo estes, como diz a Constituição, articular na sua discussão, através das suas organizações de classe — Sindicatos e comissões de trabalhadores. A nota oficiosa, propositadamente, dá um período muito curto (15 dias) para a discussão de oito decretos-leis, que os trabalhadores não conhecem, porque não foram divulgados».

Referindo-se à matéria constante naqueles decretos-leis — contratação colectiva, contratos e prazo, greves, gestão de empresas, trabalho de rurais, de domésticas e de estrangeiros e, ainda, processos de saneamento — a delegação da Intersindical estranhou que o «o Governo anuncie consultar o patronato», atitude que considerou «contrariar a legislação em vigor, uma vez que não estamos propriamente a viver num Estado corporativo e uma atitude dessas pode pôr em causa o movimento sindical».

Os três membros do Secretariado da Inter manifestaram a intenção de «caso a oportunidade surgisse», abordar questões relacionadas com a Previdência, Reforma Agrária e «problemas de ordem económica em geral».

MARIO SOARES EM VISEU E NA MAIA

O primeiro-ministro, acompanhado pelo titular da pasta da Indústria e Tecnologia, Eng.º Walter Rosa, estará hoje, ao fim da tarde, na Feira de S. Mateus, certamente considerado, na região e no País, como um dos mais importantes no género, quer pelas suas vivas tradições, quer pelo movimento comercial e lúdico que envolve.

A visita do Dr. Mário Soares a Viseu, a primeira, nos últimos dez anos, do mais alto responsável do Governo, está, naturalmente, a despertar uma inusitada curiosidade e expectativa. Prevê-se que a recepção que lhe será prestada, quando a feira anual da capital da Beira Alta caminha para o seu termo, cor-

responda às mais fundadas aspirações daquela região, parte da qual, obviamente, ainda hoje recorda a deslocação, àquela cidade do ex-ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, que ali se dirigiu — e onde foi apoteoticamente recebido — pouco depois dos acontecimentos que marcaram o «25 de Novembro».

Da capital da Beira Alta, o primeiro-ministro, ainda na companhia do Eng.º Walter Rosa, transitará para o Porto, onde, amanhã, na Maia, mais propriamente em S. Pedro de Fins, naquele concelho, inaugurará uma fábrica.

Entretanto aumentam as pos-

sibilidades do ex-primeiro-ministro da Suécia, o grande derrotado das últimas eleições suecas — acto e resultado que o levaram a pedir a demissão do cargo de «premier» que ocupava — visite nos primeiros dias do próximo mês, Portugal, a convite do Partido Socialista.

Ao que parece, Olof Palme aproveitaria a oportunidade da sua deslocação a Lisboa para assistir, na companhia de altos responsáveis pelo seu partido, designadamente Rolf Theorin, ao Congresso do P.S., o qual, como é do conhecimento público, decorrerá no último domingo do próximo mês.

PUBLICIDADE

19 Jan 26/9/76

União dos Sindicatos do Porto/Intersindical

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Informamos que neste momento já foram distribuídos pelos Sindicatos 230 000 exemplares do Projecto de Regulamento do Congresso que se destinam a facilitar a participação activa e esclarecida dos Trabalhadores na preparação do Congresso, nomeadamente pela discussão e deliberação nas assembleias de empresa e sindicais.

Esclarecemos que todos os sindicatos do Porto que ainda não fazem parte da Comissão Dinamizadora do Congresso poderão, em qualquer tempo, participar na sua constituição, contribuindo assim para o melhor esclarecimento de todos os Trabalhadores sobre as diferentes posições defendidas a propósito do Congresso de Todos os Sindicatos.

- Pela Unidade do Movimento Sindical !
- Contra o Pluralismo e o Divisionismo Sindicais !
- Pela Unidade de Todos os Trabalhadores !
- Pela Reestruturação da Central Sindical Única/Intersindical Nacional !

Dirige-te ao teu Sindicato. Pede o Projecto de Regulamento do Congresso que deves discutir com os teus camaradas na empresa. Participa com a tua opinião na preparação do Congresso que desejamos possa vir a reforçar a unidade de todos os Trabalhadores, contra o pluralismo e o divisionismo sindicais.

Porto, 24 de Setembro de 1976.

A COMISSÃO COORDENADORA

SINDICATO DOS TAPETEIROS, CORDOEIROS E REDEIROS

DO CENTRO DO PAÍS

SEDE EM CORTEGAÇA

COMUNICADO

A TODOS OS TRABALHADORES
E AO POVO EM GERAL

DIRIGENTE SINDICAL TAPETEIRO
BARBARAMENTE ESPANCADO

AS VÍBORAS DA REACÇÃO CONTINUAM A LEVANTAR CABEÇA, DEVIDO À PASSIVIDADE DAS FORÇAS DA ORDEM, QUE NÃO PUNEM SEVERAMENTE OS QUE ESTÃO CONTRA A DEMOCRACIA E INTERESSADOS EM DESTRUI-LA.

Desta vez chegou a hora do camarada POSSIDÓNIO MARQUES DA SILVA, Presidente da Assembleia Geral deste Sindicato, espancado selvática e traiçoeiramente, a poucos dias de uma Assembleia Geral Ordinária, a que iria presidir, num sítio ermo, sem qualquer possibilidade de defesa, tendo só ouvido dos agressores desconhecidos as seguintes palavras:

— AH MEU FILHO DA... COMUNISTA QUE VAIS SER MORTO!

Depois da agressão e de ter recuperado a consciência o camarada POSSIDÓNIO verificou que havia sido arrastado para uma cova, talvez por os canalhas pensarem que o tinham efectivamente morto.

ALERTA TRABALHADORES!

O TERRORISMO CONTINUA A IMPERAR NO N/ PAÍS!

ATÉ QUANDO COLEGAS TRABALHADORES?

QUEM ESTARÁ POR DETRÁS DESTA COVARDE AGRESSÃO?

SÃO OS INIMIGOS DO POVO PAGOS PELA DIREITA FASCISTA!

LUTEMOS TODOS CONTRA O TERRORISMO!

UNIDOS, ORGANIZADOS E VIGILANTES VENCEREMOS!
A LUTA CONTINUA!

Cortegaça, 23 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

AOS TRABALHADORES

DE ESCRITÓRIO

DO DISTRITO DO PORTO

A Assembleia Geral de 27.9.76 será uma das várias que a Direcção pensa solicitar ao Presidente da Mesa, para análise do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE.

No sentido de garantir um amplo e correcto esclarecimento de todas as questões de fundo que se põem ainda ao Movimento Sindical Português convidámos algumas Direcções Sindicais que fazem parte da CNOP e traduzem correntes de expressão político-sindical diversas da Direcção a estarem presentes na Assembleia Geral de 27.9.76.

Esperamos que essas Direcções aceitem o convite e apelamos aos trabalhadores de escritório para estarem também presentes na Assembleia.

Pensamos que só assim, firme mas correctamente expostas as razões que animam as diversas correntes de expressão político-sindical, os trabalhadores poderão, em consciência, deliberar sobre os problemas que na actual conjuntura se levantam quanto à realização do verdadeiro CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE.

- PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES
- PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE
- POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE.

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório
do Distrito do Porto
A DIRECÇÃO

OS TRABALHADORES E OS SEUS PROBLEMAS

GRÁFICOS

REUNIDOS EM COIMBRA

TOMAM POSIÇÃO

SOBRE O CONGRESSO E ACERCA

DA NOTA DO M. T. SOBRE LEGISLAÇÃO

Os sindicatos gráficos reunidos em Coimbra procederam à análise de problemas que neste momento mais afectam os gráficos e os trabalhadores em geral. No final dos trabalhos tinham aprovado dois documentos, através dos quais alertam para acontecimentos que, segundo referem, «devem merecer a máxima atenção pela importância fundamental de que se revestem para as legítimas aspirações de todos os trabalhadores portugueses.»

Assim, relativamente ao Congresso dos Sindicatos o documento aprovado depois de vários considerandos manifesta-se no sentido de: «— Apelar a todos os sindicatos que respeitem e ponham em prática as decisões da reunião geral de sindicatos, realizada no dia 4/9/76, em Lisboa, no I.S.T.

— Repudiar o pluralismo sindical, defendendo que sobre a lei da Unidade se deve ter em conta a ampla discussão feita pelos trabalhadores com vista à realização do Congresso para a reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação-Geral dos Sindicatos Portugueses.

— Que para manter a unidade dos trabalhadores, todas as reuniões de sindicatos relativas ao Congresso devem ser realizadas dentro da estrutura do movimento sindical para não permitir a efectivação de reuniões paralelas e a formação de blocos sindicais.

— Que o congresso de todos os sindicatos para a reestruturação da Central única dos Trabalhadores Portugueses, a Intersindical, se realiza com a urgência possível, avançando-se, desde já, na discussão por todos os trabalhadores do Regulamento do Congresso distribuído pela C.N.O.P. (Comissão Nacional Organizadora Provisória).

— Que todos os trabalhadores sobre os problemas relati-

vos ao Congresso, não tomem quaisquer posições, sob a forma de abaixo-assinado ou outras idênticas, sem que antes sejam feitas amplas discussões nas empresas ou nos sindicatos.»

★ PRETENDE-SE IGNORAR ESTRUTURA SINDICAL

Entretanto, o segundo documento a ser aprovado e que posteriormente enviado aos órgãos máximos do poder, diz respeito à recente nota oficiosa do Ministério do Trabalho a propósito de legislação a sair proximamente. A moção aprovada, do ponto terceiro em diante declara: «15 dias para as organizações dos trabalhadores se pronunciarem sobre oito diplomas, é uma forma incorrecta e demagógica de evitar a participação dos trabalhadores na sua elaboração. Além de ninguém poder pronunciar-se sobre projectos de diplomas que não conhece.

A forma imposta pelo Ministério do Trabalho para que os trabalhadores se pronunciem, pretende ignorar a estrutura sindical existente, pensando assim confundir os trabalhadores, para mais facilmente poder legislar nas suas costas.

É inconcebível e anticonstitucional a possibilidade dada ao patronato de participar na elaboração de legislação do trabalho, quando só aos trabalhadores assiste esse direito.

A lista de diplomas legislativos que o Governo pretende elaborar, são nos termos da Constituição (artigos 17.º e 167.º), da competência da Assembleia da República.

Não podem pois os Sindicatos Gráficos aceitar a referida «Nota Oficiosa» do Ministério do Trabalho, exigindo que os diplomas em questão sejam dados a conhecer para serem discutidos amplamente pelos trabalhadores através das suas organizações de classe.»

Nota oficiosa levou Intersindical a S. Bento

Seiúdo
27/1/76

Para tratar de «alguns problemas relacionados com a nota oficiosa saída no dia 13, que legisla matérias de direitos funda-

mentais dos trabalhadores e que, segundo a Constituição, os Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores devem participar atra-

vés das suas organizações de classe», três elementos da Intersindical (José Judas, Carlos Carvalho e

(Continuação na 2.ª página)



O Primeiro-Ministro com os representantes do secretariado da Intersindical

Intersindical em S. Bento

(Continuado da 1.ª página)
Jaime Machado) avistaram-se, a seu pedido, com o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares.

Referindo-se à decisão governamental, os elementos de Inter diriam que o facto de se «consultar o patronato contraria a legislação em vigor, dado que não estamos propriamente em regime corporativo» e adiantaram que tal medida «pode levar, inclusivamente, a pôr em causa o próprio movimento sindical».

Recordamos que a nota oficiosa do Ministério do Trabalho anunciava alterações pontuais na legislação do trabalho em vigor, nomeadamente em relação a oito projectos de decretos-leis em vias de conclusão no Ministério do Trabalho, os quais abrangem alterações parciais sobre a regulamentação colectiva de trabalho; a transferência de gestão e regularização das empresas em autogestão; a celebração de contratos a prazo; a cessação, com justa causa, de contratos de trabalho; o trabalho rural; o trabalho doméstico; o trabalho de estrangeiros e a revisão dos processos de afastamento compulsivo de trabalhadores das empresas, quando não tenha havido lugar de despedimento com justa causa.

A entrada para a reunião, os membros do se-

cretariado da Intersindical revelaram ainda que iriam dizer ao Primeiro-Ministro «ser muito curto» o prazo de quinze dias, concedido pelo Ministério do Trabalho, para os sindicatos e as comissões de trabalhadores se pronunciarem sobre a matéria daqueles diplomas, e considerarem contrário à Constituição que a quele Ministério ouça também a classe patronal sobre o regime jurídico dos assuntos em questão.

Manifestaram a intenção, caso a «oportunidade surgisse», de abordar questões relacionadas com a Previdência, Reforma Agrária e «problemas de ordem económica em geral».

Sindicatos tomam posição

Entretanto, sete direcções sindicais de Aveiro (Gráficos, Tapeteiros, Corticeiros, Chapeleiros, Hoteleiros, Papeleiros e Sapateiros) protestam, em comunicado distribuído, contra o prazo de 15 dias dado pelo Ministério do Trabalho para discutir matéria a legislar brevemente.

Afirmam no documento: «Nem sequer são conhecidos das organizações representativas dos trabalhadores os textos dos projectos dos decretos-leis em elaboração ou já elaborados pelo Ministério do Trabalho.»

As direcções sindicais denunciam aquilo a que chamam de «cozinhados legislativos» como textos «anticonstitucionais».

Delegação da Inter no Iraque

Delx
27/1/76

BAGDAD, 27 — (IPS) — Os sindicatos portugueses e iraquianos denunciaram a ocupação israelita dos territórios árabe e a usurpação dos legítimos direitos do povo palestino.

Num comunicado conjunto publicado no fim da visita ao Iraque, iniciada no passado dia 16 por uma delegação da Inter-

sindical, a convite da Federação Geral dos Sindicatos do Iraque, ambas as partes saudaram a heróica resistência do povo palestino contra a ocupação sionista e as conspirações imperialistas e pelo seu direito à autodeterminação, inclusive o direito à construção do seu próprio Estado, em todo o seu território, a Palestina.

Ambas as partes denuncia-

ram também as forças direitistas e traidoras do Líbano e a intervenção militar estrangeira naquele país.

Além disso destacaram que os acontecimentos no Líbano estão estreitamente ligados com a aplicação de um programa capitulacionista perante o inimigo racista e sionista.

Igualmente denunciaram a política do «apartheid» e da discriminação social e reafirmam a sua solidariedade com a luta dos movimentos de libertação nacional e o seu apoio aos povos africanos que lutam pela sua independência.

Igualmente reafirmaram o seu apoio à luta do povo chileno contra a Junta Militar que governa esse país com a luta dos outros povos latino-americanos.

A declaração termina com o acordo de continuar a reforçar as relações bilaterais e a estreitar os laços de militância entre ambas as organizações.

Secretariado da Intersindical conferenciou com Mário Soares

h.c. no
27/9/76

● Analisados problemas de legislação laboral Reforma Agrária e Previdência

Uma delegação do secretariado da Intersindical Nacional esteve no sábado em S. Bento, onde conferenciou com o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, a quem expôs a posição dos trabalhadores portugueses sobre alguns dos principais problemas com que se defronta o Movimento Sindical.

Os representantes dos trabalhadores, Jaime Machado, José Luis Judas e Carlos Carvalho, transmitiram ao Primeiro-Ministro o repúdio dos trabalhadores pela nota oficiosa do Ministério do Trabalho em que são anunciados novos decretos-lei sobre contratação colectiva, estatuto das empresas em autogestão e cooperativas, contratos a prazo e despedimentos, regulamentação do trabalho rural, doméstico e de estrangeiros e a revisão dos processos de afastamento compulsivo de trabalhadores das empresas.

Segundo declararam à saída de S. Bento, os representantes do secretariado do «Inter» puseram em dúvida a constitucionalidade desses diplomas legais, a não serem aprovados pela Assembleia da República, ao mesmo tempo que protestaram contra o prazo exíguo de 15 dias concedido aos trabalhadores para se pronunciarem sobre projectos de decretos-lei que nem sequer conhecem. A participação do patronato na elaboração desses diplomas, anunciada pelo Ministério do Trabalho, foi considerada, também, inconstitucional.

Durante o encontro com o Primeiro-Ministro, que classificaram de «cordial», os membros do secretariado da Intersindical Nacional transmitiram, também, ao dr. Mário Soares, a disposição dos trabalhadores agrícolas de acatarem as disposições legais sobre a Reforma Agrária, lembrando, por outro lado, ao chefe do Governo que, ao mesmo tempo que é dada prioridade à restituição das terras ocupadas ilegalmente, continuam por expropriar 520 mil hectares de terras na zona da Reforma Agrária.

Os representantes do Movimento Sindical expuseram também ao Primeiro-Ministro a posição dos trabalhadores sobre alguns aspectos relacionados com a Previdência, nomeadamente quanto à recente nomeação de uma comissão oficial encarregada de preparar um projecto de lei orgânica da Segurança Social, na qual os trabalhadores não estão representados.

REPÚDIO GENERALIZADO

As posições que o secretariado da Intersindical



Jaime Machado, José Luis Judas e Carlos Carvalho, do Secretariado da Intersindical Nacional, quando conferenciavam com o Primeiro-Ministro

Nacional defende em S. Bento, na entrevista com o Primeiro-Ministro, têm sido assumidas também por muitos milhares de trabalhadores e seus representantes. Diversas direcções e delegados sindicais subescreveram moções e comunicados exigindo ao Governo a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, de acordo com o que se encontra consignado na Constituição.

Os dirigentes e delegados sindicais dos trabalhadores têxteis, lanifícios e vestuário de Coimbra, por exemplo, afirmam-se na «firme disposição de lutarem até ao último limite das suas forças contra todas as medidas antioperárias tomadas nas costas dos trabalhadores». Exigem, também, do Governo, «a participação efectiva do secretariado da Intersindical Nacional em toda a legislação», declarando-se dispostos a defender «todas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores, tais como as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, não cedendo nem um milímetro em seu prejuízo».

Os sindicatos dos Gráficos,

dos Tapeteiros e Cordoeiros, dos Chapelleiros, dos Hoteleiros, dos Manufactores de Papel e dos Sapateiros de Aveiro, bem como o secretariado da União dos Sindicatos daquele distrito e o Sindicato dos Corticeiros do Norte (sediado em Aveiro), consideram que o prazo dado na nota oficiosa do MT para os trabalhadores se pronunciarem sobre a matéria «é muito curto»; que nem sequer são conhecidos os projectos de decretos-leis sobre o que o MT os pretende ouvir; que «é um direito fundamental das organizações representativas dos trabalhadores serem ouvidos e participarem na elaboração de leis que a estes dizem respeito, o que a não ser concretizado viola frontalmente a Constituição»; e, finalmente, que «o discurso do sr. Primeiro-Ministro deixa bem clara a intenção do Governo de proteger a recuperação capitalista». E decidiram «denunciar os cozinheiros legislativos em marcha no Ministério do Trabalho com o anticonstitucionais e afirmar a sua posição de não acatar qualquer lei feita nas costas ou

contra os trabalhadores». Exigindo que «a Constituição seja integralmente cumprida, nomeadamente no que respeita à participação do Movimento Sindical na feitura das leis relacionadas com os trabalhadores», os dirigentes daqueles sindicatos, a terminar, alertam o Governo e a Assembleia da República para o facto de «não permitirem que o patronato participe «na elaboração de leis que só aos trabalhadores dizem respeito».

A assembleia geral do Sindicato dos Rodoviários de Lisboa também «repudia a recuperação capitalista» que se pretende fazer com «o encorajamento do próprio patronato» e exige do Ministério do Trabalho «uma política salarial e de contratação colectiva que promova e consagre os justos interesses e direitos dos trabalhadores». Declarando-se na disposição de «lutar intransigentemente pelo cumprimento da Constituição e pelas conquistas alcançadas», os trabalhadores rodoviários apelam para todos os trabalhadores para que se unam e mobilizem em torno de um grande debate sobre o Congresso dos Sindicatos.

Congresso dos Sindicatos: tema em debate no BIP

Realizou-se nas instalações do Banco Intercontinental Português da Avenida Fontes Pereira de Melo um debate sobre a realização do anunciado Congresso dos Sindicatos, em que estiveram presentes elementos dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Telefonistas de Lisboa, e da Construção Civil (este integrado na CNOP). Os participantes ligados à linha da «Carta Aberta» recordaram o Congresso do ano passado, em que só tomaram parte filiados na Inter, e em que os que demonstraram pontos de vista contrários foram agredidos, como no caso dos Olivares do sul. A comissão sindical do BIP (promotora do debate) apresentou um docu-

mento propugnando a realização de um Congresso verdadeiramente democrático, considerando como condição fundamental, para que tal aconteça, a necessidade de, na comissão organizadora, estarem representadas todas as linhas sindicais com expressão no movimento sindical português sem hegemonia de qualquer delas.

Finalmente, os subscritores do documento repudiam «as manobras cisionistas da Inter ao criar uma comissão nacional organizadora provisória fantoche onde, apesar de oferecer de bandeja alguns lugares às direcções democráticas, ela se encontra em grande maioria e de onde se excluem linhas sindicais com

expressão no movimento sindical».

COMISSÃO DINAMIZADORA EM SETÚBAL

Por outro lado, realizou-se uma reunião de sindicatos do distrito de setúbal, filiados e não filiados na Intersindical, na qual foi eleita uma comissão dinamizadora que tem como principal objectivo a discussão de todos os problemas inerentes à realização do anunciado Congresso dos Sindicatos. Aquela comissão propõe-se também ajudar a criar as condições para que os trabalhadores e os sindicatos possam participar na preparação do Congresso, pelo que vai realizar reuniões em várias empresas e zonas.

Entretanto, em comunicado divulgado, a FSP defende que o Congresso terá de ser amplamente democrático e aberto a uma franca e vasta participação dos trabalhadores, visando a eliminação de divergências existentes, para que a unidade seja, na prática, uma realidade. A FSP entende ser fundamental que os trabalhadores participem activamente na discussão deste problema, nos seus locais de trabalho e sindicatos, através de plenários gerais de empresa, assembleias de delegados, comissões de trabalhadores e assembleias gerais. Acrescenta que «o Congresso democrático de todos os sindicatos deve ser o resultado de uma forte mobilização de classe».

MSD e sindicalismo

O Movimento Social-Democrata emitiu um comunicado relacionado com o debate público que está a verificar-se acerca da organização sindical. Em determinado passo, lê-se: «o M.S.D. não reconhece ao Governo, nem aos órgãos legislativos, o direito de legislarem em matéria sindical para além do que, a este respeito, está estipulado na Constituição.»

O Movimento reconhece às forças sindicais o direito de «influenciar as decisões dos partidos e do Governo, no sentido de consolidar os interesses dos trabalhadores.»

Em relação ao problema da unidade, o M.S.D. é da opinião de que «ela não se decreta; constroem-na os trabalhadores no seu dia-a-dia, praticando a democracia»; declarando-se favorável a um sindicalismo de «intervenção, representado a todos os níveis dos centros de decisão da economia, que, embora influenciando o poder político, o não possui nem nele se integre».

A terminar, afirma-se que «ao revolucionarismo utópico e estéril das minorias vanguardistas, ao golpismo dos aparelhos burocráticos ávidos de poder e ao partidarismo eleitoralista e demagógico, o M.S.D. contrapõe uma atitude militante e pedagógica, apoiando todos os que, na sua vida de trabalho, se esforçam por construir um futuro melhor para o povo português».

PUB

02x 27/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO DO DISTRITO DE SETÚBAL

Sede: Avenida Luísa Todi, 178 — Telef. 22764

COMUNICADO AOS TRABALHADORES A CHAMADA «CARTA ABERTA»

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação do Distrito de Setúbal, tendo já repudiado perante os responsáveis do documento divisionista chamado «CARTA ABERTA», os ataques declarados à CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES e sendo filiado e defensor da INTERSINDICAL NACIONAL, fundada já antes de 25 de Abril de 1974, forjando a unidade dos trabalhadores na luta contra o FASCISMO e o CAPITAL EXPLORADOR, vem publicamente repudiar a chamada «CARTA ABERTA» e as manobras dos seus patrocinadores.

Deste modo, o SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO DO DISTRITO DE SETÚBAL CONSIDERA ABUSIVA A UTILIZAÇÃO DE SEU NOME PELOS DIVISIONISTAS DA CHAMADA «CARTA ABERTA» ESCUDADOS EM AFIRMAÇÕES DE FALSA UNIDADE.

- PELA UNIDADE
- PELA UNICIDADE CONTRA O PLURALISMO
- PELA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES — A INTERSINDICAL NACIONAL.

A DIRECÇÃO

D. POPULAR - 27.9.1976

SINDICATOS PARA A UNIDADE

ENCONTRO EM COIMBRA (FACULDADE DE LETRAS) 13 E 14 DE SETEMBRO DE 1976

1. PRESENCAS

a) Decorreu nos dias 13 e 14 do corrente, em Coimbra, mais um encontro de Sindicatos subscritores ou aderentes aos princípios da «CARTA ABERTA» que contou com a presença de 51 Direcções Sindicais constantes do documento anexo I.

b) Enviavam telegramas justificativos da ausência e apoio do ao encontro de Comissão de Redacção e de Encontros de Coimbra as seguintes Direcções Sindicais:

- Direcção Sindicato dos Engenheiros da Região Sul
- Direcção Sindicato dos Rodoviários e Garagens de Braga
- Direcção Sindicato de Escribas e Comércio de Vila Real e Bragança
- Direcção Sindicato Vertical Manipulação Pescado
- Direcção Sindicato Panificação de Vila Real e Bragança
- Direcção Sindicato Fogueiros de Mar e Terra do Sul e Ilhas
- Desvincularam-se da «CARTA ABERTA» as seguintes Direcções Sindicais:
- Direcção Sindicato Marinheiros Mercantes de Portugal
- Direcção Sindicato Rodoviários de Setúbal
- Direcção Sindicato Metalúrgicos da Guarda

d) Estiveram presentes os seguintes órgãos de Comunicação Social:

- O Dia
- Radiodifusão Portuguesa
- Luta Popular
- Diário de Coimbra
- Diário de Notícias
- Diário Popular
- Comércio do Porto
- R. T. P.
- Televisão Alemã
- Combate Socialista

2. CONCLUSÕES

A — Reafirmada de forma inequívoca e ineludível a defesa intransigente de uma CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE. (Anexo II).

B — Denúncia da prática divisionista do Secretariado da Intersindical apoiada na manutenção da dominação sobre os trabalhadores;

C — Alerta a todos os trabalhadores para a prática golpista de grupos ao Serviço da Intersindical que nalguns Sindicatos tentam inverter as situações democráticas adquiridas;

— Reafirmação de que só a UNIDADE serve o trabalhador e que não mais se prestarão aos jogos do Secretariado da Intersindical. (Anexo III).

C — Afirmção de solidariedade de todas as Direcções presentes na defesa dos princípios da CARTA ABERTA e na denúncia de todas as manobras de pressão sobre as Direcções democraticamente eleitas por grupos que pretendem a sua desvinculação da «CARTA ABERTA». (Anexo IV).

D — Reafirmado que só a prossecução dos princípios aprovados no Plenário de Coimbra de 23 e 24 de Agosto — PARIDADE e REPRESENTATIVIDADE — pode garantir e salvaguardar a realização de um Congresso democrático, impedindo qualquer tentativa de denominação por quem quer que seja;

— Não aceitação da presença na denominada COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA

DO CONGRESSO (PROVISÓRIA).

— Continuação do esclarecimento através de todos os meios ao nosso alcance;

— Denúncia de que a não aceitação dos princípios definidos resulta em que qualquer Congresso que venha a ser realizado será o II Congresso da Intersindical e não o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade.

— Reafirmação de que, a continuar em vigor o atual estatuto, nos mantemos unidos na luta pelo Congresso de Todos os Sindicatos para a UNIDADE. (Anexo V).

E — Que a Comissão de Redacção avance na elaboração de um projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade e de um projecto de Estatutos da CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE, dentro dos princípios definidos, procurando, assim, obterem o desmembramento dos Sindicatos da CARTA ABERTA e denunciarem aos trabalhadores portugueses essas manobras de pressão qualquer que seja o Sindicato a elas submetido, através de comunicados nos órgãos da comunicação social.

G — Para além destas conclusões fundamentais foram ainda aprovadas:

- Sugestão da criação de um boletim quinzenal;
- Que as futuras reuniões se processem em fim-de-semana;
- Que sejam contratadas no prazo de 8 (oito) dias todas as Direcções Sindicais no sentido de completar o levantamento sindical ainda incompleto;
- Moção de pesar e homenagem pelo morte do Presidente MAO-TSE-TUNG.
- Moção de pesar e homenagem a Coimbra e Faculdade de Letras, 13/09/76

COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA

Lisboa, 15.9.76

ANEXO I

Sindicatos presentes

1. — Escritórios Lisboa
2. — Enfermeiros Norte
3. — Escritórios Porto
4. — Bancários Norte
5. — Estradeiros do Porto
6. — Carregadores e Descarregadores do Porto
7. — Telefonistas Norte
8. — Sindicato Nacional dos Trabalhadores Correios e Telecomunicações
9. — Hotelaria de Aveiro
10. — Escritório e Comércio Viseu
11. — Comércio Lisboa
12. — Escritório Coimbra
13. — Viticultores de Aveiro
14. — Eng.º Técnicos do Norte
15. — Panificação de Faro
16. — Hotelicos do Porto, V. Real e Bragança
17. — Trabalhadores na Imprensa (Porto)
18. — Emp. Esc. e Caixaeiros de Faro
19. — Rodoviários e Garagens do Porto
20. — Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas
21. — Profissionais de Farmácia do Norte
22. — Telegrafistas de Lisboa
23. — Eng.º Técnicos Agrícolas
24. — Orliveiros e Relojaria do Sul
25. — Esc. de Setúbal
26. — Met. Braga (Secção Guimarães)
27. — Panificação Braga (Secção Guimarães)
28. — Jornalistas
29. — Cerâmica de Aveiro
30. — Construção Civil Aveiro
31. — Seguros Sul
32. — Seguros Norte
33. — Técnicos de Venda
34. — Professores do Algarve
35. — Gráficos de Braga
36. — Prof. Zona Norte
37. — Hotelaria Faro
38. — Met. Aveiro
39. — Caixaeiros e Esc. Porta-legre
40. — Met. Portalegre
41. — Bancários Sul e Ilhas
42. — Marinha Mercante e Acronavegação
43. — Professores da Grande Lisboa
44. — Escritório e Comércio de Aveiro
45. — Escritório Braga
46. — Comércio e Escritório de Leiria
47. — C. Civil de Leiria
48. — Pró-sindical da CML
49. — Rodoviários de Leiria
50. — Motoristas do Porto
51. — Taxiscois

ANEXO II

MOÇÃO N.º 1

1. Atendendo a definição já existente a nível dos Sindicatos presentes nestas reuniões;
2. Atendendo ao teor das diversas entrevistas dadas, e entendidas como de «Carta Aberta»;
3. Atendendo ao momento político presente;
4. Atendendo aos interesses manifestados dos trabalhadores;

Os Sindicatos presentes, reunidos em Coimbra, em treze de Setembro de mil novecentos e setenta e seis, no âmbito do encontro efectuado em Coimbra em 23 e 24 de Agosto, inserem as condições mínimas necessárias à salvaguarda da organização de um Congresso verdadeiramente democrático.

1. Considerando que a proposta aprovada no último encontro efectuado em Coimbra em 23 e 24 de Agosto, insere as condições mínimas necessárias à salvaguarda da organização de um Congresso verdadeiramente democrático;
2. Considerando que na Reunião Geral de Sindicatos de 4 de Setembro, numa demonstração totalitária e de desprezo pelas diversas correntes sindicais, foi criada uma Comissão Organizadora Provisória, constituída por Sindicatos que garantirão a prossecução dos princípios defendidos pelo Secretariado da Intersindical;
3. Considerando a nossa determinação de tudo fazermos e a nossa vontade de não nos deixarmos levar a realizar o CONGRESSO PARA A UNIDADE com a participação de todos os Sindicatos do país;

1.º Denunciam a prática divisionista do Secretariado da Intersindical, apontado objectivamente no pluralismo sindical, única forma de manter a dominação sobre os trabalhadores.

2.º Alertam todos os trabalhadores do país para as práticas golpistas de grupos bem comandados ao serviço do Secretariado da Inter e do partido a que obedecem estão neste momento a desdençar sobre direcções democraticamente eleitas em nome de uma futura dominação totalitária desses Sindicatos.

3.º Refirmam que só a UNIDADE serve os trabalhadores e que não se prestarão jamais a quaisquer jogos do Secretariado da Inter que possam em causa essa mesma UNIDADE e a

ANEXO III

MOÇÃO N.º 2

Os Sindicatos aqui presentes, reunidos em Coimbra em 13 e 14 de Setembro de 1976, para discussão da situação actual do Movimento Sindical e definição de posições a assumir, com vista à realização do CONGRESSO PARA A UNIDADE com a participação de todos os Sindicatos do país:

1.º Denunciam a prática divisionista do Secretariado da Intersindical, apontado objectivamente no pluralismo sindical, única forma de manter a dominação sobre os trabalhadores.

2.º Alertam todos os trabalhadores do país para as práticas golpistas de grupos bem comandados ao serviço do Secretariado da Inter e do partido a que obedecem estão neste momento a desdençar sobre direcções democraticamente eleitas em nome de uma futura dominação totalitária desses Sindicatos.

3.º Refirmam que só a UNIDADE serve os trabalhadores e que não se prestarão jamais a quaisquer jogos do Secretariado da Inter que possam em causa essa mesma UNIDADE e a

ANEXO IV

MOÇÃO N.º 3

Considerando que no actual momento, importa salvaguardar a unidade dos Sindicatos democraticos aderentes aos princípios da CARTA ABERTA contra as manobras orquestradas de todas as forças INTERSINDICAL:

— Considerando que se assiste a uma ampla movimentação, no sentido de pressionar as direcções sindicais democraticas a abandonar a linha de tração da INTERSINDICAL, procurando, assim, obterem o desmembramento dos Sindicatos da CARTA ABERTA;

— Considerando que se assiste a uma ampla movimentação, no sentido de pressionar as direcções sindicais democraticas a abandonar a linha de tração da INTERSINDICAL, procurando, assim, obterem o desmembramento dos Sindicatos da CARTA ABERTA;

PROPOSTO:

— Que todas as direcções sindicais democraticas, presentes no Plenário de 13 e 14/9 em Coimbra, se considerem solidárias na defesa intransigente dos princípios definidos na CARTA ABERTA e denunciarem aos trabalhadores portugueses essas manobras de pressão qualquer que seja o Sindicato a elas submetido, através de comunicados nos órgãos da comunicação social.

Sindicato dos Trabalhadores do Escritório Distrito de Lisboa

ANEXO V

PROPOSTA N.º 1

Arcite, como ratificação de práticas e acções já adoptadas:

1. Considerando que a proposta aprovada no último encontro efectuado em Coimbra em 23 e 24 de Agosto, insere as condições mínimas necessárias à salvaguarda da organização de um Congresso verdadeiramente democrático;
2. Considerando que na Reunião Geral de Sindicatos de 4 de Setembro, numa demonstração totalitária e de desprezo pelas diversas correntes sindicais, foi criada uma Comissão Organizadora Provisória, constituída por Sindicatos que garantirão a prossecução dos princípios defendidos pelo Secretariado da Intersindical;
3. Considerando a nossa determinação de tudo fazermos e a nossa vontade de não nos deixarmos levar a realizar o CONGRESSO PARA A UNIDADE com a participação de todos os Sindicatos do país;

1.º Denunciam a prática divisionista do Secretariado da Intersindical, apontado objectivamente no pluralismo sindical, única forma de manter a dominação sobre os trabalhadores.

2.º Alertam todos os trabalhadores do país para as práticas golpistas de grupos bem comandados ao serviço do Secretariado da Inter e do partido a que obedecem estão neste momento a desdençar sobre direcções democraticamente eleitas em nome de uma futura dominação totalitária desses Sindicatos.

3.º Refirmam que só a UNIDADE serve os trabalhadores e que não se prestarão jamais a quaisquer jogos do Secretariado da Inter que possam em causa essa mesma UNIDADE e a

ANEXO VI

PROPOSTA N.º 2

Considerando o momento crucial que vivemos no movimento sindical português;

Considerando a enorme responsabilidade dos Sindicatos aqui presentes face ao meio milhão de trabalhadores que representam e face à totalidade dos trabalhadores deste país;

Considerando a urgência da tomada de posições concretas que urge apresentar aos trabalhadores, no sentido de realização dum Congresso de Todos os Sindicatos para a construção da Central Sindical Única, Democrática e Independente;

PROPOSTO:

1. Que desde já a Comissão de Redacção da Carta Aberta avance na elaboração dum regulamento do Congresso para a Unidade, de acordo com os princípios definidos pelos Sindicatos aqui presentes;
2. Que igualmente a Comissão de Redacção da Carta Aberta avance na elaboração dum projecto de estatutos para a futura Central Sindical Única, Democrática e Independente, que os trabalhadores desejam;
3. Que o prazo de apresentação dos dois projectos não exceda respectivamente um e dois meses para o regulamento do Congresso e estatutos da Central Sindical Única;
4. Que todos os trabalhos sejam entregues à Comissão de Redacção que os coordenará e apresentará em futura reunião para discussão e aprovação;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Distrito Lisboa

ANEXO VII

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para um congresso democrático em todos os sindicatos para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de direcções sindicais promovido pela Intersindical e as «decisões» nele tomadas, que se prestam a servir e a dar cobertura aos seus golpes.

PROPOSTO:

1. Que os Sindicatos afectos à CARTA ABERTA não acceitem fazer parte da actual Comissão Nacional Organizadora Provisória.
2. Que de imediato sejam encontradas as medidas necessárias para a realização de um Congresso democrático de todos os trabalhadores portugueses; de lutar pela criação da Central Sindical Única, democrática, controlada pelos trabalhadores; de pressão, de chantagem, de golpismo e de cisão que o Secretariado da Intersindical persiste em utilizar como sua arma preferida. Não será com a cobertura dos sindicatos democráticos que a Intersindical renascerá do seu descrédito para pôr de pé uma

ANEXO VIII

Por um congresso de todos os sindicatos para a unidade

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

ANEXO IX

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

ANEXO X

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

ANEXO XI

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

ANEXO XII

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

ANEXO XIII

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

ANEXO XIV

Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para a unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão

O último plenário de Direcções Sindicais realizado em 4-7-76 promovido pelo Secretariado da Intersindical, veio repetir sobre a mesa algumas questões que os trabalhadores portugueses não podem compreender e fazerem a sua unidade.

Com razão, milhares de trabalhadores continuam a interrogar-se sobre se as decisões tomadas nesse plenário apontam uma via possível para a construção dessa Unidade.

Quais foram essas decisões?

- 1.º Que o Congresso deveria ser de todos os Sindicatos Portugueses — pela unidade, dos trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores Portugueses.
- 2.º Eleição de uma Comissão Organizadora provisória do Congresso que rejeita o princípio da Paridade.

O que visam estas decisões?

- 1.º Ao falar na Reestruturação da Intersindical mais não se pretende do que corrigir alguns defeitos de uma estrutura, ignorando tudo o que está fora dela. Assenta-se no princípio de que a estrutura existente estando aberta a todos, a todos ao ponto de se considerarem que os Sindicatos fora da Intersindical, a ela devem aderir como condição fundamental para participar. Ignora-se assim a questão básica: a Intersindical representa a institucionalização da divisão do Movimento Sindical. Desde a Lei da Unidade passando pelo Congresso de

CONGRESSO DOS SINDICATOS PARA A UNIDADE

(Continuação da página anterior)

tipas lutas dos trabalhadores que todos têm ainda em memória, ou nas tentativas de manipulação em muitos outros escalões que nada tinham a ver com os seus reais objectivos.

2.º Nenhum trabalhador deve querer aquilo que o Secretariado da Intersindical continua a querer impor:

- a) uma organização burocrática dirigida e controlada por profissionais praticamente auto-eleitos, ao serviço de interesses estranhos aos trabalhadores;
- b) uma estrutura não sujeita ao controlo dos trabalhadores que a ela não têm minimamente acesso.

Não será todavia esta situação que nos poderá afastar dos princípios que desde o início defendemos na «Carta Aberta». Por isso pensamos que é preciso ultrapassar as divergências e isso só é possível desde que elas não sejam escamoteadas e se mobilizem os trabalhadores para as resolverem pela discussão e pelo esclarecimento. Ao contrário, não se conseguirá mais que cristalizar posições, permitir que pontos de vista errados possam continuar a iludir os trabalhadores e cavar a divisão que a Intersindical sistematicamente vem a fomentar.

Os Sindicatos democraticos reunidos em Coimbra nos dias 13 e 14 de Setembro, tomam as seguintes decisões:

- a) repudiar as manobras divisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pelo Secretariado da Intersindical;
- b) reafirmar a sua disposição de prosseguir a luta pela construção de uma Central Sindical Única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço;
- c) lutar para que todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade decorram em completa abertura à Imprensa, composta por trabalhadores, às suas organizações e a própria C. N. O. denunciarem e combaterem com a verdade, os pontos de vista errados ou as deturpações da Imprensa reaccionária;
- d) lutar para que o Congresso para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões;
- e) divulgar este documento e promover uma ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação política actual.

Por um Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade.

Por uma Central Sindical Única Democrática e Independente.

A Direcção do SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA DA GRANDE LISBOA SINDICATO SEGUROS SUL SINDICATO SEGUROS NORTE ORG. PRÓ-SINDICAL DA C. M. LISBOA

(Continua na página seguinte)

Sócio dos Bancários do Sul verbera Vítor Gonçalves

Dlx
28/1/76

O debate televisivo sobre o Congresso dos Sindicatos realizado no passado dia 14 permitiu, aos trabalhadores que o acompanharam até ao fim, tirar conclusões ou reforçar as suas próprias ideias. Recorde-se que nele estiveram presentes, além do moderador (Joaquim Letria), Ruben Rolo (Marinha Mercante), José Ernesto Cartaxo (Metalúrgicos), José Luís Gaspar (Escritórios de Lisboa) e Vítor Gonçalves (Bancários do Sul e Ilhas). É precisamente este último visado pela carta de um nosso leitor, cuja cópia transcrevemos:

«Entre os intervenientes encontra-se o presidente do meu sindicato — dos Bancários do Sul e ilhas. Começo a recordar o que tem sido o mesmo sindicato e, qual a actuação do actual presidente.

Recordo-o, antes do 25 de Abril, esfregando as mãos quando a direcção dessa época reivindicava mais dinheiro e, o actual presidente, como todos os bancários, se iam tornando uns privilegiados deste País.

Recordo-o depois do 25 de Abril quando apareceu à luz do dia nas lutas sindicais, «empurrando» os elementos do MRPP, quando chamavam «sociais fascistas» àqueles que lhe tinham arranjado um choro do vencimento e umas condições sociais que poucas classes profissionais tinham.

Recordo esse mesmo senhor, rodeado da sua camarilha, juntar-se ao MRPP para tomar a direcção do nosso sindicato.

Recordo-o depois, quando na célebre Assembleia Geral da FIL, se uniu aos «sociais fascistas» para «correr» com

os do MRPP da Direcção. Que pena não ter ido ele também.

Vejo-o agora tal qual o partido político da sua preferência, bajular a social democracia europeia e o imperialismo, representados pelos «grandes amigos» de Portugal Willy Brandt e Kissinger. (...)

Tenha vergonha senhor Vítor Gonçalves. Contacte com os trabalhadores. Não seja cúmplice do capital e laiaio dos divisionismos. Ajude a fazer da banca aquilo que ela deve ser. Ajude a que ela se ponha ao serviço do trabalho e não do capital como ainda se encontra. Lembre-se daqueles, que são os trabalhadores

produtivos deste país e que ainda em muitos casos trabalham de sol a sol e até mais, nas mais difíceis circunstâncias.

Tem conhecimento de todas as denúncias que têm sido feitas sobre o boicote que a banca tem feito aos trabalhadores.

Que tem feito a sua direcção? Pactuado com o capital.

Vá trabalhar, senhor Vítor Gonçalves. Não queira fazer do cargo que ocupa um trampolim para arranjar algum «tacho».

Subscreve esta carta, dirigida ao visado, Manuel Ferreira Chora, sócio n.º 26.607 do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Inter anuncia:

2. Novembro - 29.9.1976

Encontro Regional de Juventude

Com a presença das «comissões de juventude» dos Metalúrgicos, Têxteis, Construção Civil e Hotelaria, efectuou-se esta manhã, na Intersindical, uma conferência de Imprensa para anunciar a realização próxima de um Encontro Regional da Juventude dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Previsto para 28 de Novembro, em local ainda não definido, este encontro tem por principais objectivos o reforço da participação da juventude no movimento sindical, a defesa dos seus direitos específicos e a sua participação «activa e organizada» no próximo congresso de todos os sindicatos.

«A Juventude Trabalhadora em Luta Por Uma Vida Melhor e

Uma Sociedade Mais Justa» é o tema de encontro, fazendo parte do seu manifesto os seguintes passos: «Ainda subsistem muitas injustiças e problemas no que respeita à juventude trabalhadora: o desemprego, a exploração da mão-de-obra infantil, a discriminação por motivo de idade ou sexo, a situação do Ensino, da Cultura, do Desporto e tantos outros problemas que duramente nos atingem, cabendo a todos nós encontrar as formas de os discutir e lutar pela sua resolução. Os contratos colectivos pouco ou nada falam da juventude, tornando-se necessário que participemos na discussão das contratações colectivas, reivindicando que nelas figure a defesa dos nossos interesses específicos.»

Porto 28/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

SECÇÃO DE SANTO TIRSO

DELEGADOS SINDICAIS DA SECÇÃO DE SANTO TIRSO
DO SINDICATO TÊXTIL DO PORTO, REUNIDOS EM
PLENÁRIO NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 1976,
APROVARAM A SEGUINTE

MOÇÃO

- 1.º — Considerando que o movimento sindical vem sendo atacado por forças que não estão interessadas na unidade dos trabalhadores;
 - 2.º — Considerando que o Congresso dos Sindicatos tem que ser um marco importante para a unidade de todos os trabalhadores;
 - 3.º — Considerando que a unidade não se faz a nível de direcções sindicais, mas com todos os trabalhadores no exercício de práticas democráticas;
 - 4.º — Considerando que existem forças que dizem defender a democracia e a unidade mas na prática tentam dividir os trabalhadores;
 - 5.º — Considerando que neste momento já circulam nas empresas deste concelho, listas para recolherem assinaturas de apoio às forças divisionistas (CARTA ABERTA) sem contudo esclarecerem os trabalhadores;
- Propomo-nos lutar por todos os meios ao nosso alcance para desmascarar as FORÇAS OCULTAS que tentam a divisão dos trabalhadores.
- Apelamos para a unidade de todos os trabalhadores e para a sua participação activa no II Congresso da CENTRAL SINDICAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (INTERSINDICAL).

PELA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS
OS TRABALHADORES;
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES;
CONTRA TODAS AS MANOBRAS DIVISIONISTAS;
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS.

Santo Tirso, 25 de Setembro de 1976.

OS DELEGADOS SINDICAIS

10/Jan
28/9/76

DELEGADOS SINDICAIS

DA SECÇÃO DE SANTO TIRSO DO SINDICATO TÊXTIL DO PORTO, REUNIDOS EM PLENÁRIO NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 1976, APROVARAM A SEGUINTE:

MOÇÃO

- 1.º Considerando que o movimento sindical vem sendo atacado por forças que não estão interessadas na unidade dos trabalhadores;
- 2.º Considerando que o Congresso dos Sindicatos tem que ser um marco importante para a unidade de todos os trabalhadores;
- 3.º Considerando que a unidade não se faz a nível de direcções sindicais, mas com todos os trabalhadores no exercício de práticas democráticas;
- 4.º Considerando que existem forças que dizem defender a democracia e a unidade mas na prática tentam dividir os trabalhadores;
- 5.º Considerando que neste momento já circulam nas empresas deste concelho, listas para recolherem assinaturas de apoio às forças divisionistas (CARTA ABERTA) sem contudo esclarecerem os trabalhadores;

— Propomo-nos lutar por todos os meios ao nosso alcance para desmascarar as FORÇAS OCULTAS que tentam a divisão dos trabalhadores.

— Apelamos para a unidade de todos os trabalhadores e para a sua participação activa no segundo congresso da CENTRAL SINDICAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (INTERSINDICAL).

PELA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS TRABALHADORES;
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES;
CONTRA TODAS AS MANOBRAS DIVISIONISTAS;
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS.

Santo Tirso, 25/9/76.

OS DELEGADOS SINDICAIS

Porto 28/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS CONVOCATÓRIA AOS DELEGADOS SINDICAIS

A Direcção do SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS convoca todos os DELEGADOS SINDICAIS a reunirem em R. G. D. na próxima Sexta-Feira, dia 1 de Outubro, pelas 21,30 h, na Sede do Sindicato com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — CONGRESSO DOS SINDICATOS
- 2 — POSIÇÃO DO SINDICATO FACE AS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO REFERIDAS NA NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO PUBLICADA NA IMPRENSA EM 13/9/76.

A DIRECÇÃO

PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONGRESSO

Porto
28/9/76

O DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DA INTERSINDICAL NACIONAL INFORMA TODAS AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS, COMISSÕES DE TRABALHADORES E OS TRABALHADORES EM GERAL, QUE O PRÓXIMO ALAVANCA TRAZ EM SUPLEMENTO O PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONGRESSO. O ALAVANCA ESTÁ À VENDA NOS POSTOS COMERCIAIS ÀS TERÇAS-FEIRAS E NOS SINDICATOS NOS DIAS SEGUINTE.

Inter condena libertação de bombistas

Ricino 28/9/76

A Intersindical Nacional e o secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa emitiram dois vigorosos comunicados protestando contra a recente libertação de indivíduos implicados na rede bombista que, durante tanto tempo, aterrorizou o País.

Assim, a Intersindical Nacional «consciente de que interpreta a vontade e o sentir da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses não pode deixar de protestar contra a libertação de responsáveis pela onda de terrorismo que tem varrido o nosso país», adiantando que «há que não esquecer que se trata de criminosos e assassinos responsáveis pela morte de pessoas e pela tentativa de desestabilização do processo revolucionário, com vista a mergulharem, novamente, o nosso povo na escuridão sangrenta do fascismo». A Intersindical afirma, ainda, que «estas libertações põem em «xeque» a posição antifascista das autoridades e das instituições democráticas», bem como as «declarações sobre o assunto do Presidente da República, Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro e até a própria Constituição». A Inter acrescenta que os trabalhadores «cada dia mais apreensivos com todos estes acontecimentos e também cada dia mais atentos e vigilantes às manobras da reacção», querem, efectivamente, «que a punição de todos os responsáveis bombistas e dos

seus cúmplices, chegue, sem disfarces nem tibiezas, até às últimas consequências».

Por sua vez, a União dos Sindicatos de Lisboa, começando por insistir que «há que levar até às últimas consequências o desmantelamento da rede terrorista» o que constitui «uma exigência dos trabalhadores e de todos os antifascistas» e «um propósito das mais altas instâncias do Poder político-militar», afirma a propósito das libertações:

«Nós recordamos o que aconteceu com o dirigente sindical dos vidreiros, cujo assassino em liberdade condicional, fugiu do país, fugiu à justiça. Os trabalhadores perguntam, agora, perante a libertação de indivíduos altamente implicados no terrorismo, se é assim que a justiça defende a democracia, se é assim que se cumpre a Constituição da República Portuguesa. Os trabalhadores esperam que os órgãos do poder político-militar irão responder a esta provocação ao povo português com as acções que a verdadeira justiça reclama: prisão dos implicados, continuação das investigações, desmantelamento total da rede terrorista até às últimas consequências, julgamento e condenação dos culpados, sejam quem forem. Parar, agora, será o descrédito das instituições democráticas. É um risco demasiado grande que não se pode correr».

Congresso dos Sindicatos

19 Jan 28/9/76

OPINIÃO DA F.S.P.

«O próximo Congresso dos Sindicatos terá de ser amplamente democrático, aberto a uma franca e vasta participação dos trabalhadores visando a eliminação de divergências existentes para que a unidade dos trabalhadores seja, na prática, uma realidade» — afirma a Frente Socialista Popular em comunicado divulgado pela Comissão Coordenadora de Acção Sindical e de Trabalho daquela organização política, a propósito do próximo Congresso Sindical.

Considera ainda a F.S.P. ser fundamental a participação activa dos trabalhadores na discussão das questões suscitadas pelo Congresso, que deverá resultar de uma «forte mobilização de classes». Aconselha, por outro lado, aquele partido que o mesmo se deverá «realizar em tempo útil para os interesses dos trabalhadores», de modo a que «as forças do capital largamente representadas no aparelho do Estado não consigam jevar à prática uma série de medidas administrativas antipopulares e antioperárias».

«CARTA ABERTA»

A Comissão de Redacção da «Carta Aberta» reuniu-se no Sindicato dos Escritórios de Lisboa. Foram pontos de discussão a análise da actual situação do Movimento Sindical e as tarefas ligadas ao Congresso dos Sindicatos.

O projecto de regulamento elaborado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, já divulgado, avultou como pontos dos mais debatidos, tendo aquela comissão decidido fazer uma apreciação daquele projecto, que deverá ser tomada pública num encontro com os representantes dos órgãos de Comunicação.

Outras decisões tomadas relacionam-se com a mobilização e dinamização dos trabalhadores para o Congresso, informação de opinião pública da forma como tem vindo a ser recebido o apelo que a comissão dirigiu em jeito de abaixo-assinado, e divulgação das resoluções do encontro de Coimbra. A Comissão da Redacção decidiu ainda, recomendar a todas as direcções sindicais a convocação de Assembleias Gerais para discussão do Congresso e solicitar uma entrevista ao ministro do Trabalho sobre o conteúdo da recente nota oficiosa.

Aguarda-se, entretanto, a convocação de uma Assembleia Ge-

ral do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, aprazada, em princípio, para meados de Outubro, que terá como finalidade discutir a posição da direcção daquele organismo face ao aludido e tão polémico Congresso dos Sindicatos.

IGUALDADE DE PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DEFENDIDA PELOS DELEGADOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

A fim de ser discutida e aprovada a metodologia para a eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Distrito do Porto (em organização) realizam-se no próximo dia 2 de Outubro assembleias distritais no Porto, Braga, Viana, Vila Real e Bragança, às quais só terão acesso sócios com as quotas sindicais em dia.

Segundo informações prestadas no próprio sindicato, irão ser brevemente distribuídos à classe o Regulamento do Congresso dos Sindicatos. Recordase, a propósito, que em recente assembleia de delegados foi aprovada uma moção em que em dada altura se afirma: «No Congresso deverão estar presentes, em pé de igualdade, os sindicatos filiados e não filiados na Intersindical; todas as questões levantadas com o Congresso deverão ser discutidas amplamente por todos os trabalhadores dentro das suas estruturas sindicais».

RODOVIARIOS

Em moção aprovada em assembleia geral e enviada ao Presidente da República e a outras entidades governamentais, os trabalhadores rodoviários de Lisboa repudiam a proposta da Rodovia Nacional em relação ao despedimento com justa causa, considerada como «visando facilitar o despedimento em empresas nacionalizadas e representando, em relação ao contrato colectivo de trabalho em vigor, um claro retrocesso».

Uma outra moção repudia a contraproposta apresentada pela R.N. sobre o horário de trabalho semanal, que condiz ao horário intermitente, que já existiu durante o fascismo, visando obrigar os trabalhadores a estar 13h por dia à disposição das empresas, recebendo, apenas, o correspondente a nove horas de trabalho.

PUB.

Ricino 28/9/76

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO MOÇÃO

Considerando que para a defesa de uma política salarial e de Contratação Colectiva, que é o garante das nossas condições de vida, para a luta contra os despedimentos e o desemprego, que o patronato ameaça, contra a recuperação capitalista, pela defesa de todas as vitórias alcançadas, tais como as nacionalizações, controlo operário e reforma agrária;

Pela concretização na prática da Constituição e a participação activa dos trabalhadores na elaboração das leis fundamentais do País. Só unidos e organizados os trabalhadores poderão lutar pelos seus interesses comuns e contra os seus inimigos de classe.

Assim a realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses ainda este ano para o reforço da unidade de todos os trabalhadores, será o garante para a defesa das conquistas alcançadas, para a consolidação da democracia a caminho do socialismo.

Os delegados sindicais metalúrgicos do distrito de Viana do Castelo, reunidos com a direcção em 23/9/76 decidem, conforme decisão da Reunião Geral dos Sindicatos de 4/9/76:

1.º — Responsabilizar todos os que não aceitando a democracia põem em perigo a unidade dos trabalhadores;

2.º — Que as direcções sindicais e todos os trabalhadores se manifestem firmes e vigilantes contra todas as tentativas de cisão do movimento sindical denunciando e combatendo os divisionistas;

3.º — Repudiar a forma como alguns órgãos de informação têm dirigido os assuntos dos trabalhadores, através da calúnia e da deturpação da verdade;

4.º — Repudiar os ataques das forças reacçãoárias à Intersindical Nacional, Central Única, que mais não visa que a tentativa de divisão dos trabalhadores portugueses.

APROVADA POR UNANIMIDADE

CONTRA A REINTEGRAÇÃO de Raul Caldeira no Banco Totta

D. R. 28/9/76

Relativamente à reintegração do dr. Raul Caldeira no Banco Totta & Açores, assunto que já referimos por mais de uma vez, a comissão coordenadora Intercomissões de trabalhadores do grupo C. U. F. emitiu um comunicado, no qual se manifesta contra tal decisão governamental, em termos que repetem os argumentos já aduzidos pelos trabalhadores daquele banco.

Século 28/9/76

Secretariado da Inter contra declarações de sindicalistas alemães

Lute
28/9/76

Relativamente à conferência de imprensa dada por sindicalistas da Alemanha Federal, e na qual foi salientado que a Intersindical não é muito permeável a qualquer encontro com os mesmos sindicalistas, o secretariado da Central Sindical emitiu um comunicado em que «reafirma a sua disposição de receber esta ou qualquer outra delegação que pretenda discutir problemas do sindicalismo português, dentro das estruturas sindicais e não fora delas». Salientando que houve um desencanto com os sindicalistas alemães, por impossibilidade de comparência destes, os dirigentes da Inter estranham «o teor das declarações prestadas, uma vez que, estando em Portugal, mandam os mais

elementares preceitos das relações internacionais (e mesmo os mais elementares princípios do respeito mútuo entre organizações sindicais de diferentes países) que sejam os visitantes a dirigir-se aos sindicatos e à organização sindical portuguesa».

Por último, o comunicado afirma:

«Reiteramos, a propósito deste mal entendido, o nosso desejo de discutir com todas as organizações sindicais, quaisquer que sejam as suas orientações ou filiação internacional, mas sempre com base nos princípios do respeito mútuo, da independência e da não ingerência nos assuntos internos das organizações sindicais de cada país.»

Bombistas

Intersindical e MDP/CDE contra libertações

A libertação de indivíduos que se encontravam detidos como suspeitos de implicação nos atentados terroristas, tem vindo a provocar reacções. Assim, enquanto Santo Tirso recebeu, em festa, o comendador Albino de Oliveira, agora libertado, a Intersindical e o MDP/CDE, emitiram comunicados verberando as libertações.

Diz a Intersindical:

«Após a promessa de punição de todos os responsáveis pela rede bombista, por crimes contra todos os portugueses, é com revolta e com firmeza que a Intersindical Nacional, encara a libertação de terroristas da direita reaccionária.»

E mais adiante: «A Inter-

sindical Nacional (consciente que interpreta a vontade e o sentir da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses), não pode deixar de protestar firmemente contra a libertação de responsáveis pela onda de terrorismo que tem varrido o nosso País. Há que não esquecer que se trata de criminosos e assassinos, responsáveis pela morte de pessoas e pela tentativa de desestabilização do processo revolucionário, com vistas a mergulharem, novamente, o nosso povo na escuridão sangrenta do fascismo.

«Queiram ou não as forças que detêm a governação neste momento, o facto é que se atacam os trabalhadores, e se protege o grande capital; se caluniam as forças progressistas, e se contemporiza com a direita reaccionária; intervenções das autoridades e se libertam criminosos fascistas.

«A Intersindical Nacional vê com apreensão a libertação dos terroristas. A investigação exaustiva da rede bombista, com vista ao seu total desmantelamento, mereceu de todos os trabalhadores portugueses o seu maior apoio e aplauso. A promessa da justa punição de todos os envolvidos nessa actividade criminosa mereceu de todos os trabalhadores portugueses a sua total concordância e aceitação. Estas libertações põem em «xeque» a posição antifascista das autoridades e das instituições democráticas.»

Comunicado do MDP/CDE

Por seu turno, o ressurgido MDP/CDE, aprovou, sobre o assunto, no decorrer do seu Encontro Nacional, uma moção onde afirma: «O Encontro Nacional do Movimento Democrático Português, reunido em Lisboa, em 25 e 26 de Setembro, ao tomar conhecimento da insólita libertação de dois dos principais elementos presos, em Agosto último, da rede bombista, o grande capitalista, Albino de Oliveira e Décio Sotomaior, através de despacho do juiz dr. Dário Rainho, que substituiu, em férias, o juiz que vinha dirigindo a instrução do

processo dos terroristas, exprime o seu enérgico repúdio por tal medida, que não só põe em causa o desmantelamento da rede terrorista, como constitui uma forma de inutilizar todo o trabalho de investigação da Polícia Judiciária do Porto, criando a ideia da inutilidade do seu esforço.

«Contra as inúmeras pressões da direita reaccionária, através das quais ela tem procurado impedir que o desmantelamento da rede terrorista seja levado até às suas últimas consequências tentando confundir e deturpar o facto comprovado de que o terrorismo é uma arma usada unicamente pela direita e em ordem também a liberar a responsabilidade dos seus elementos reaccionários presos, o Encontro Nacional de Delegados do MDP/CDE salienta que urge pôr fim ao terrorismo, desmantelando esta e todas as redes de bombistas, como única forma de impedir que continuem a verificar-se no nosso País atentados que visem criar a intranquilidade e desestabilizar as instituições democráticas!...»

REDE BOMBISTA

Inter contra libertações

22x 28/9/76

«Após a promessa de punição de todos os responsáveis pela rede bombista, por crimes contra todos os portugueses, é com revolta e com firmeza que a Intersindical Nacional encara a libertação de terroristas da direita reaccionária» — lê-se num comunicado daquela central de trabalhadores ontem emitido e posto a circular, a propósito das libertações, no fim da semana passada, de dois dos presumíveis implicados nas acções bombistas, que se encontravam desde princípio de Agosto detidos em Caxias: Abílio de Oliveira e Décio Sotomaior. A Inter surge-se abertamente contra a decisão — pelo que se sabe, tomada pelo juiz instrutor, Dário Rainho, após acareação de outro dos presumíveis implicados, Ramiro Correia.

A Intersindical — diz — «vê com apreensão a libertação dos terroristas. A investigação exaustiva da rede bombista, com vista ao seu total desmantelamento, mereceu de todos os trabalhadores portugueses o seu maior apoio e aplauso. A promessa de justa punição de todos os envolvidos nessa actividade criminosa mereceu de todos os trabalhadores portugueses a sua total concordância e aceitação. Estas libertações põem em «xeque» a posição antifascista das autoridades e das instituições demo-

cráticas. Põem em «xeque» as declarações sobre o assunto do Presidente da República, Conselho da Revolução, e Primeiro-Ministro. Põem em «xeque» a própria Constituição.»

O texto da Inter situa as libertações no contexto político actual, confronta-se com outros factos igualmente significativos, diz que «os trabalhadores portugueses estão cada dia mais apreensivos com estes acontecimentos», mas acrescenta — «também cada dia mais atentos e vigilantes às manobras da reacção». E eles — assevera a Inter, «podemos garantir quem (efectivamente) que a punição de todos os responsáveis bombistas e seus cúmplices chegue, sem disfarces nem tibezas, até às últimas consequências.»

POSIÇÃO DA U. S. L.

Posição em tudo idêntica (até mesmo nos termos em que a torna pública), assumiu ainda ontem o Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa, U. S. L. (e o comunicado da Inter provinha do respectivo Departamento de Informação).

«Há que levar até às últimas consequências o desmantelamento da rede terrorista» — tepete a U. S. L. — «Esta uma exigência dos trabalhadores e de todos os antifascistas. Este um propósito das autoridades, principalmente das mais altas instâncias do poder político-militar» de quem — diz — «os trabalhadores esperam virão a responder a esta provocação ao povo português» (a libertação dos dois presumíveis implicados).

RETRATO DE UM SINDICALISTA

Rainho
28/9/76

Acabo de ver o programa «3.ª à Noite» sobre o Congresso dos Sindicatos. Um dos intervenientes é o presidente do meu sindicato — Bancários do Sul e Ilhas. Começo a recordar o que tem sido o mesmo sindicato e qual a actuação do actual presidente. Recordo-o antes do 25 de Abril, esfregando as mãos quando a direcção dessa época reivindicava mais dinheiro e os bancários se iam tornando uns privilegiados deste País. Recordo-o depois do 25 de Abril, quando apareceu à luz do dia nas lutas sindicais, «empurrando» os elementos do MRPP quando estes chamavam «sociais-fascistas» àqueles que lhes tinham arranjado um chorudo vencimento e umas condições sociais que poucas classes profissionais tinham. Recordo esse mesmo senhor, rodeado pela sua camarilha, a juntar-se ao MRPP para tomar a direcção do nosso sindicato. Recordo-o na célebre Assembleia Geral da FIL, unindo-se aos «sociais fascistas» para «correr» com os MRPP's da direcção. Vejo-o agora a bajular a social democracia europeia e o imperialismo.

Fico à espera de que deixe de ser cúmplice do capital e laçao dos divisionistas. Que ajude a fazer da banca aquilo que ela deve ser ao serviço do trabalho e não do capital.

D. Ronulau
28/9/76

PRÓXIMO REACTIVAR DE DISPONIBILIDADES PARA UM TOTAL DESMANTELAMENTO DA REDE BOMBISTA

«É A DIREITA QUE INTERESSA CRIAR PONTOS DE FRICÇÃO» AFIRMA A U. S. L.

Sob o título «Há que levar até às últimas consequências o desmantelamento da rede terrorista» o secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa divulgou um comunicado em que afirma:

«É a direita que interessa criar pontos de fricção, desestabilizar a situação política, não permitir a consolidação da democracia para, na altura própria, dar o golpe, voltar ao poder, implantar o terror, a repressão, a exploração desenfreada.»

E noutro passo:

«Os trabalhadores perguntam agora, perante a libertação de indivíduos altamente implicados no terrorismo, se é assim que a justiça defende a democracia, se é assim que se cumpre a Constituição da República Portuguesa. Os trabalhadores esperam que os órgãos de poder político-militar irão responder a esta provocação ao povo português com as acções que a verdadeira justiça reclama: prisão dos implicados, continuação das investigações, desmantelamento total da rede terrorista até às últimas consequências, julgamento e condenação dos culpados, sejam quem forem. Para agora será o descrédito das instituições democráticas. É um risco demasiado grande que não se pode correr. Os trabalhadores continuarão vigilantes, como sempre dispostos a defenderem as conquistas que alcançaram, confiantes no futuro.»

PROTESTO DA INTERSINDICAL

Por sua vez, a Intersindical, num comunicado também agora divulgado, salienta:

«Numa altura em que os paquins reaccionários, atacam as forças progressistas, os militantes empenhados na Revolução, as lutas dos trabalhadores, numa palavra, o próprio 25 de Abril, a Intersindical Nacional (consciente que interpreta a vontade e o sentir da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses) não pode deixar de protestar firmemente contra a libertação de responsáveis pela onda de terrorismo que tem varrido o nosso país. Há que não esquecer que se trata de criminosos e assassinos, responsáveis pela morte de pessoas e pela tentativa de destabilização do processo revolucionário, com vistas a mergulharem, novamente, o nos-

so povo na escuridão sangrenta do fascismo.»

E mais adiante: «A investigação exaustiva da rede bombista, com vista ao seu total desmantelamento, mereceu de todos os trabalhadores portugueses o seu maior apoio e aplauso. A promessa da justa punição de todos os envolvidos nessa actividade criminosa, mereceu de todos os trabalhadores portugueses a sua total concordância e aceitação. Estas libertações põem em cheque a posição anticomunista das autoridades e das instituições democráticas. Põem em cheque as declarações sobre o assunto do Presidente da República, Conselho da Revolução e primeiro-ministro. Põem em cheque a própria Constituição.»

BANCÁRIOS: Projecto de C. C. T. pronto até 15 de Outubro

D. Ronulau
28/9/76

Cerca de 450 delegados sindicais bancários iniciaram ontem em Lisboa uma reunião, durante a qual se fez o balanço do processo de elaboração do novo C. C. T.

O encontro dos delegados bancários prossegue hoje com debates sobre o Congresso de todos os sindicatos e o serviço de assistência médico-social da classe.

Durante a sessão de ontem, destinada a «consulta e esclarecimento», foi analisada a parte do clausulado do C. C. T. já distribuído aos trabalhadores, ao mesmo tempo que se prepararam as assembleias sindicais que durante o mês de Outubro se debruçarão sobre a evolução do processo de contratação.

De salientar que, por enquanto, ainda não há acordo entre as direcções sindicais do Norte, Centro e Sul quanto aos pontos essenciais do novo contrato, referentes à carteira profissional, a remuneração do trabalho e à previdência social.

De qualquer modo, o projecto do novo C. C. T., deverá estar pronto até 15 de Outubro, para sofrer em seguida as alterações eventualmente sugeridas pelos trabalhadores e ser finalmente entregue às entidades

des patronais no dia 31 do mesmo mês.

Bancários

Selulo 28/9/76

Com cerca de 450 representantes, começou ontem à tarde, na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, a reunião geral de delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Da agenda do encontro, que termina hoje, salienta-se o fazer do ponto da situação sobre o contrato colectivo de trabalho, debater o «Congresso Democrático de todos os Sindicatos para a Unidade» e ainda o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). Ontem, segundo revelou um elemento da direcção do sindicato, somente foram debatidos os vários anteprojectos do CCT, sendo apenas uma reunião de carácter consultiva. Hoje, a partir das 9 horas, começarão os debates referentes ao congresso e SAMS.

Congresso dos Sindicatos

D. Mot
28/9/76

Diversos plenários de trabalhadores e assembleias de delegados sindicais irão hoje debruçar-se sobre problemas ligados à próxima realização do Congresso de todos os Sindicatos.

Assim, reúnem-se hoje os delegados sindicais dos trabalhadores de escritório de Lisboa (às 21 horas, na Voz do Operário) e dos Metalúrgicos de Setúbal (às 15 horas, no cinema dos Ferrovários do Barreiro).

O Congresso, que será ainda um dos pontos dos trabalhos do plenário dos Rodoviários de Lisboa (na delegação sindical de Mem Martins), constitui finalmente o tema de um debate entre linhas sindicais divergentes, marcado para as 21.30, na sede do Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão (Largo de Santos, 15, 3.ª Esq.).

Dezenas de milhares de presenças em centenas de reuniões

Dezenas de milhares de trabalhadores, em todo o país, participaram, nas duas últimas semanas, em centenas de reuniões convocadas por direcções sindicais e comissões de trabalhadores de empresas de todos os sectores de actividade, nas quais foram discutidas questões relacionadas com a realização do próximo Congresso de Todos os Sindicatos.

Em todas as reuniões, os participantes repudiaram as manobras divisionistas desenvolvidas à margem do Movimento Sindical lançaram apelos à unidade dos trabalhadores em torno de uma profunda discussão dos respectivos problemas e da preparação do Congresso. A um ritmo que não pára de crescer à medida que se aproxima a data da realização da próxima assembleia geral dos sindicatos, em meados do mês de Outubro, em Lisboa, as comissões dinamizadoras distritais do Congresso têm comparecido em grande parte das reuniões. À excepção das direcções afectas ao grupo da «carta aberta» — que convocaram poucas reuniões de trabalhadores e não compareceram à grande maioria daquelas para as quais os trabalhadores as convidaram — as direcções sindicais convocaram e participaram, também, em numerosas assembleias.

Só no distrito de Lisboa, a comissão dinamizadora recebeu convites de direcções sindicais e de comissões de trabalhadores para estar presente em mais de meia centena de reuniões, nos últimos dez dias. Em todas elas, algumas das quais constituiriam plénários a que compareceram mais de mil trabalhadores, as posições assumidas foram as mesmas: o repúdio do divisionismo e o apelo à participação massiva dos trabalhadores na preparação do Congresso.

UM CALENDÁRIO SOBRECARRREGADO

Entretanto, encontram-se já convocadas muitas mais reuniões para os próximos dias. Em Lisboa estão marcados para hoje mesmo, entre outras, assembleias, plénários gerais de trabalhadores dos Nitratos de Portugal; Cometna (às 18

horas); Stand Moderno, na Mealhada, Loures; Abrigada (escritórios); e Macedo e Coelho, em Alverca. Também hoje, deverá realizar-se um plenário de delegados sindicais metalúrgicos, pelas 20 e 30, na cantina dos Ferroviários, no Rossio, e um debate, com a participação de diversas direcções sindicais, na sede do Sindicato das Telecomunicações.

Amanhã, no distrito de Lisboa, haverá plénários gerais de trabalhadores, na fábrica da Icesa, na Póvoa, na Sociedade Lisbonense de Metalização, no Montepio, na Caixa do Comércio da Construção Civil e dos Rodoviários, na empresa vidreira Sotanco, nas instalações fabris da Lever, em Sacavém, na Petrogal, em Cabo Ruivo e no sector mar da Shell. Os trabalhadores têxteis da zona de Lisboa, reunir-se-ão, igualmente, em plenário, amanhã, na sede do seu sindicato. Dezenas de outras reuniões, a realizar até ao dia 15 de Outubro e já convocadas, contarão também, com a presença da comissão dinamizadora distrital de Lisboa, admitindo-se que o calendário venha a ser substancialmente avolumado. A título de exemplo, só para o dia 1 de Outubro estão já marcados dezasseis grandes plénários de trabalhadores, alguns deles de empresas de grande envergadura como a Cimianto, os Cimentos Tejo, a CP (Rossio), o BNU, a Fábrica de Plásticos Titan, a Lusalite, a Sociedade Estoril

Sol e os Nitratos de Portugal, entre outras.

DIRECÇÕES DESSOLIDARIZAM-SE DA «CARTA ABERTA»

Por pressão dos trabalhadores, expressa em assembleias gerais, plénários e reuniões de delegados sindicais, diversas direcções sindicais tiveram já, entretanto, de abandonar o grupo da «carta aberta».

Embora haja algumas direcções sindicais que tenham decidido não acatar resoluções desse tipo, tomadas pelos trabalhadores que representam, sob a alegação de cumprirem o programa de acção que apresentaram, algumas, porém, não tiveram outra solução. Estão nesse caso as direcções dos sindicatos dos Telefonistas do Norte (na sequência de deliberação da assembleia geral), dos Gráficos de Bragá (com declaração nesse sentido da própria direcção), dos Metalúrgicos de Portalegre (por deliberação dos delegados sindicais), dos Escritórios de Leiria (por decisão da assembleia geral) dos Rodoviários de Leiria e dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

A saída destes seis sindicatos do grupo da «carta aberta» soma-se às declarações de algumas outras direcções que repudiaram a inclusão do nome do respectivo sindicato nos documentos da «carta aberta», sem qualquer consulta prévia. Outras direcções, como atrás dissemos, recusam-se a acatar

a vontade dos trabalhadores que representam.

JUVENTUDE PARTICIPA NO CONGRESSO

A participação activa dos jovens trabalhadores nas tarefas de preparação do Congresso é um outro aspecto que tem vindo a salientar-se, nas últimas semanas. Diversas comissões representativas de jovens que trabalham no âmbito das actividades dos respectivos sindicatos anunciaram já a intenção de convocar reuniões, de modo a possibilitarem uma ampla discussão sobre o Congresso.

As comissões de juventude dos sindicatos dos distritos de Lisboa e Setúbal reuniram-se já, para lançarem as bases da actividade de preparação do Congresso. No final da reunião, as comissões saudaram «a decisão de se realizar o Congresso de todos os Sindicatos Portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses». As comissões que saudaram, igualmente, «o êxito que já representam», para a realização do Congresso, «as muitas reuniões preparatórias», manifestaram o seu empenho em levar por diante, «com toda a dedicação», o Encontro Regional da Juventude Trabalhadora dos distritos de Lisboa e Setúbal, «como forma de participação da nova geração na histórica realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses».

Sindicatos analisam nota oficiosa do M. T.

Foi adiada para as 21 horas de hoje a reunião dos sindicatos com sede no distrito de Lisboa, que irão tomar posição sobre uma recente nota oficiosa onde o Ministério do Trabalho anuncia a próxima publicação de legislação sobre questões laborais.

Recorda-se que esta nota governamental tem sido largamente criticada por algumas organizações sindicais que a consideram «antoperária e anticonstitucional».

Na ordem dos trabalhos do encontro de hoje, que decorrerá na sede da União dos Sindicatos de Lisboa, prevê-se ainda a discussão de problemas ligados à contratação colectiva e à difusão de informações sobre a actividade da Comissão Dinamizadora Distrital do Congresso dos Sindicatos.

Sindicatos de Aveiro divulgam posição

Sete sindicatos de Aveiro, filiados na Intersindical, decidiram denunciar como inconstitu-

cionais os «cozinhados legislativos em marcha no Ministério do Trabalho», anunciados em recente nota oficiosa daquele departamento governamental.

Considerando «bastante curto» o prazo previsto para a análise prévia da matéria a legislar, os sindicatos afirmam ainda a sua disposição de não acatar qualquer lei feita nas costas ou contra os trabalhadores, e exigem que a Constituição seja cumprida, nomeadamente no que respecta à participação do movimento sindical na elaboração das leis relacionadas com o sector do trabalho.

Apesar de considerarem que o discurso do primeiro-ministro deixa bem clara a intenção de proteger a recuperação capitalista, os sindicatos alertam finalmente o Governo e a Assembleia da República para que não permitam a interferência do patronato na elaboração de leis, não só aos trabalhadores como aos

Diário 28/9/76

O Congresso dos Sindicatos e a «questão da paridade»

Diário 28/1/86

por SÉRGIO PINHEL

A recente divulgação pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP) do «Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos» abre uma nova fase da preparação do Congresso e permite-nos analisar melhor as verdadeiras causas das exigências feitas pelas direcções sindicais da chamada «Carta Aberta».

Como é do conhecimento público, uma dessas exigências diz respeito à formação de uma comissão organizadora em paridade, ou seja, com igual número de ambas as partes. Se termos o projecto de Regulamento do Congresso, neste momento a ser discutido pelos trabalhadores através da estrutura sindical, verificamos que, em todos os pontos onde não existia unanimidade de opiniões entre todos os que fizeram sugestões e apresentaram propostas de alterações, aparecem no projecto distribuído todas as opções que se põem à discussão. Foi esta a orientação aprovada pela Reunião Geral de Sindicatos em que estiveram presentes 170 direcções sindicais e que a CNOP leva à prática.

Daqui ressalta claramente o papel executivo, dinamizador e coordenador da CNOP que, em relação a este primeiro importante documento para a preparação do Congresso, se limitou a «arrumar» os pontos divergentes por ordem, de forma a facilitar a sua discussão democrática. Por isso mesmo, até propostas de alteração provenientes de comissões sindicais, delegados sindicais e outras direcções sindicais que não fazem parte da CNOP foram incluídas no documento que agora se encontra à discussão por todos os trabalhadores.

Este exemplo concreto, retirado da prática já existente na CNOP, demonstra claramente que o número de representantes na CNOP não é uma condição absolutamente necessária para que as diversas posições no Movimento Sindical deixem de ser contempladas nos documentos preparatórios do Congresso.

PORQUÊ A EXIGÊNCIA DA PARIDADE?

Quando algumas direcções sindicais minoritárias exigiam encontrar-se em paridade com a Intersindical na Comissão Nacional Organizadora, quem os ouvisse poderia ser levado a pensar que elas se preocupavam principalmente em evitar que as suas posições fossem retiradas da discussão dos trabalhadores. Ora essas direcções sabiam, como sabem, que a comissão teria de contemplar, nos documentos que distribuiu, as diversas posições nela existentes, para que a discussão democrática dos trabalhadores pudesse chegar a conclusões justas e correctas.

Sendo assim, ou essas direcções pretendiam dar um carácter tão deliberativo à comissão que as «decisões democráticas» desta evitassem e substituíssem as decisões democráticas das reuniões gerais de sindicatos e das reuniões de trabalhadores; ou a exigência da paridade tinha e tem um motivo puramente político. Apesar da prática de algumas dessas direcções indicar que elas preferem e utilizam mais os processos de decisão em cúpula (reuniões de Coimbra) do que as assembleias gerais ou as reuniões de delegados (como a dos Escritórios), iremos de seguida analisar o carácter político dessa exigência.

PARIDADE ENTRE QUEM?

A realidade actual do Movimento Sindical tem sido amplamente divulgada pelo secretariado da Intersindical. De acordo com os últimos dados fornecidos, existem no continente 307 sindicatos, dos quais 190 estão filiados na Intersindical, representando 1.521.105 trabalhadores. Os 117 não filiados representam 443.889 (não estão incluídos dados de 8 pequenos sindicatos de quadros técnicos).

Daí decorre a necessária representação de sindicatos não filiados na Intersindical na Comissão Organizadora, como

forma de incentivar a participação destes no Movimento Sindical. Os sindicatos não filiados, na maior parte dos casos, são sindicatos de reduzida dimensão e fraca actividade sindical, o que se reflecte também no seu grau de participação nas actividades federativas e regionais.

Evidentemente que o Congresso da Intersindical aberto a todos os sindicatos dificilmente poderia ser organizado a partir de uma comissão que tivesse igual número de sindicatos filiados e de não filiados. Primeiro, porque isso não corresponderia à realidade; segundo, porque se os sindicatos da Intersindical estão organizados e democraticamente poderiam eleger os seus representantes, o mesmo não se passa com os não filiados; terceiro, porque os sindicatos de serviços que se reclamam representativos dos não filiados, nunca reuniram mais de duas dezenas de direcções não filiadas nas suas reuniões, quando na Reunião Geral de Sindicatos promovida pelo secretariado estiveram presentes 39 desses sindicatos.

Logo, a Comissão Organizadora, devendo incluir sindicatos não filiados na Intersindical, não poderia nem deveria fazê-lo em igualdade de circunstâncias com os sindicatos filiados, nem os sindicatos da «Carta Aberta» se podem arrogar de serem representativos dos não filiados.

A lógica das direcções sindicais minoritárias, quando exigiam a paridade, não era entre sindicatos filiados e não filiados, mas sim entre elas e todas as outras, o que chamam de paridade ou igualdade entre as «duas tendências principais» do Movimento Sindical.

PELA «PORTA DO CAVALO»

As direcções sindicais minoritárias dizem que as duas correntes (a deles e a dos outros todos) deveriam ter igual número de representantes na Comissão Organizadora. E sabem que a sua expressão no

movimento sindical, a nível de direcções sindicais, por um lado, e a nível de trabalhadores por outro (como têm constatado nas discussões que estão a realizar-se nas empresas), não tem o apoio da maioria.

A própria Comissão Nacional do Partido Socialista veio a público, depois de uma sua reunião, com posições que visam reforçar as teorias dessas direcções sindicais, chamando a Intersindical de «sectária», etc.

Se nos lembrarmos de que o PS saiu do IV Governo com o pretexto de que este não era representativo, não era constituído numa base proporcional aos votos dos partidos nas eleições, termos os mesmos, agora, um ano depois, com a teoria contrária, não poderia deixar de parecer estranho se não fossem claros os objectivos da manobra.

QUEM QUER PROVOCAR A DIVISÃO?

Porque, com o tempo a passar, com a discussão entre os trabalhadores, com as medidas que o Governo anuncia, as coisas começam a ficar mais claras.

É preciso conduzir uma intensa campanha demagógica e mentirosa nos órgãos de comunicação social, deixando na opinião pública a ideia de que a cisão no Movimento Sindical seria provocada pelas atitudes «intransigentes» e «sectárias» do secretariado da Intersindical, «justificando» assim o que as necessidades da recuperação capitalista impõem.

Assim, o Movimento Sindical, indispensável e precioso baluarte da nossa jovem democracia a caminho do socialismo, vê-se perante problemas nele introduzidos de fora, para servir as necessidades partidárias de momento. De momento, porque estamos certos de que não é este o caminho que serve ao próprio Partido Socialista e ao papel que este deveria cumprir na actual situação política, criando condições para avançarmos para o socialismo.

PUB.

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

Praça Marquês de Pombal, 6, 3.º-D-LISBOA 1
TELEFONES 41751-535547

MOÇÃO

Os enfermeiros do Sindicato da Zona Sul em Assembleia Geral no dia 22-9-76, face à actual situação Sindical dos trabalhadores portugueses, especificamente da classe de enfermagem, na sua luta pela Unidade Sindical, contra manobras divisionistas que mais não visam que o seu enfraquecimento com a criação de Sindicatos paralelos (SNED), arma preferida dos inimigos dos trabalhadores, consideram:

- 1.º - Que a defesa dos enfermeiros passa pela sua mobilização para a Unidade Sindical efectiva.
- 2.º - Consideram que é seu dever repudiar todas as tentativas divisionistas efectuadas à margem das reuniões sindicais.
- 3.º - Que o contributo dos enfermeiros para a unidade dos trabalhadores portugueses passa pela sua participação democrática no Congresso de todos os Sindicatos portugueses.

PEL'A COMISSÃO DIRECTIVA

Luciano 28/9/76

Rede terrorista

Século 29/9/76

União dos Sindicatos de Lisboa exige o desmantelamento

«Há que levar até às últimas consequências o desmantelamento da rede terrorista» — lê-se num comunicado emitido pelo secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa.

«Esta é uma exigência — afirma-se no documento — dos trabalhadores e de todos os antifascistas, este um propósito da autoridade, principalmente das mais altas instâncias do Poder político-militar.»

Continua o comunicado:

«Foi a direita que exerceu toda uma série de pressões para tentar impedir e dificultar as investigações em curso, evitar novas prisões e simultaneamente libertar os terroristas já presos.»

«Os trabalhadores não são indiferentes, porque são as principais vítimas, a estes acontecimentos. Nós recordemos o que aconteceu com o dirigente sindical dos vidreiros, cujo assassinato, em liberdade condicional, fugiu do País, fugiu à justiça.

«Os trabalhadores perguntam agora, perante a libertação de indivíduos altamente implicados no terrorismo, se é assim que a justiça defende a democracia, se é assim que se cumpre a Constituição da República Portuguesa.»

«Os trabalhadores esperam que os órgãos de Poder político-militar irão responder a esta provocação ao Povo Português com as acções que a verdadeira justiça reclama: prisão dos implicados, continuação das investigações, desmantelamento total da rede terrorista até às últimas consequências, julgamento e condenação dos culpados, sejam quem forem.»

«Para agora será o descrédito das instituições democráticas, é um risco demasiado grande que não se pode correr.»

«Os trabalhadores continuarão vigilantes, como sempre dispostos a defenderem as conquistas que alcançaram, confiantes no futuro.»

Plenário de delegados do Sindicato dos Bancários propõe à assembleia geral do dia 15:

Luta 29/9/76

* Não participação no II Congresso da Inter

* Não pagamento das quotas

Os delegados sindicais do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, reunidos nos dias 27 e 28, deliberaram propor à assembleia geral do próximo dia 15 a não representação do sindicato «no II Congresso designado «Congresso de todos os sindicatos pela unidade, pela reestruturação da Intersindical...» Simultaneamente, decidiram propor à mesma assembleia um apoio intransigente «à direcção do nosso sindicato na luta que vem travando pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do movimento sindical português», bem como o não pagamento de «quaisquer quotas à Intersindical, vencidas ou vincendas, enquanto aquela organização se mantiver como barreira à construção da verdadeira central sindical representativa dos trabalhadores portugueses».

No voto que os delegados sindicais propõem à aprecia-

ção dos seus camaradas para a próxima Assembleia Geral, incluem-se ainda o não reconhecimento da chamada «Comissão Nacional Organizadora Provisória» bem como o repúdio pelas «calúnias que vêm sendo difundidas a partir do secretariado da Intersindical sob a capa da denominada CNOP».

Nos considerandos da proposta aprovada no plenário de delegados, após se responsabilizar a Intersindical pela actual situação de cisão e divisão do movimento sindical, exige-se a paridade na constituição da comissão organizadora do Congresso, e classifica-se a CNOP de «manifestação de arrogância e de fraqueza da Intersindical» e «forma capciosa de tentar fazer aceitar pelos trabalhadores portugueses posições que o Secretariado por si só não conseguirá».

O plenário dos delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas analisou detalhadamente e durante várias horas toda a problemática ligada ao Congresso de todos os sindicatos para a unidade, tendo-se registado mais de 50 intervenções. Outros pontos igualmente abordados foram o contrato colectivo de trabalho e os serviços de assistência médico-social.

Entretanto, a Assembleia Geral do Sindicato realizar-se-á no dia 15 de Outubro, nas instalações da FIL. Ponto único da ordem de trabalhos: Congresso de todos os sindicatos para a unidade — discussão e votação sobre a participação ou não do nosso sindicato no III Congresso da Intersindical ou no denominado «Congresso de todos os sindicatos pela unidade, pela reestruturação da Intersindical...» promovidos pelo respectivo secretariado.»

Delegação da Inter no Vietname

Ilustração 29/9/76

Partiu ontem para Hanoi uma delegação oficial da Intersindical, composta por Beatriz Sautans, membro do Secretariado Nacional da Intersindical, e por Augusto Silva, do seu departamento internacional.

A delegação estará no Vietname até ao próximo dia 4 de Outubro, a convite da Central Sindical do Vietname.

Sindicato dos Ourives defende Congresso de Trabalhadores e não de direcções

Ilustração 29/9/76

A direcção do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul que tem estado presente nas reuniões de Coimbra da «Carta Aberta», embora não a subscreva, emitiu um comunicado sobre o Congresso dos Sindicatos, no qual recorda uma série de atitudes da Intersindical consideradas «anti-trabalhadores» e especialmente o Congresso de 1975 em que aquele «sindicato foi o único a votar contra os estatutos anti-democráticos aí aprovados». O comunicado, apesar do impasse actual, afirma a possibilidade «de criação da verdadeira Central Sindical Única» e sublinha que «o Congresso tem de ser de todos os trabalhadores e não de direcções sindicais como preconizam a Intersindical e os da «Carta Aberta».